



PENSAR O SÉCULO XX OLHARES DO SÉCULO VINTE E UM

**THINKING THE TWENTIETH CENTURY
PERSPECTIVES FROM THE TWENTY-FIRST CENTURY**

**1-3 FEV | FEB 2023
FEUC, UC**

LIVRO DE RESUMOS ABSTRACT BOOK

Índice / Index

Sessão Plenária 1 / Plenary Session 1

- “Darkness, and Then Some Light: Rethinking the History of the Twentieth Century”, Arne Odd Westad4

A1 – ARQUIVOS E NARRATIVAS DE CINEMA / FILM ARCHIVES AND NARRATIVES

- “Filme-memória: o cineasta e o inventário de pequenos personagens e grandes Histórias”, Leandro Mendonça, Laís Lara5
- “Cinema Português, ano zero?”, Paulo Cunha6

A2 – ECONOMIA POLÍTICA / POLITICAL ECONOMY

- “Economic planning: From the XXth century to today”, David Iria7
- “Truth through competition: Neoliberals and the economic calculation debate”, Ricardo Noronha8

B1 – A MEMÓRIA DO COLONIALISMO / THE MEMORY OF COLONIALISM

- “Djaimilia Pereira de Almeida e o duplo da história colonial”, Luciana Martinez9
- “‘Todos Estes Sofrimentos’: Colonialismo e Dor em Cavalo Dinheiro (2014)”, Sérgio Dias Branco10

B2 – NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DE GUERRA / WAR NARRATIVES AND REPRESENTATIONS

- “Pensar a Primeira Guerra Mundial. Perspectivando novas abordagens”, Sérgio Neto11
- “La Grande Guerre comme évènement fondateur du Royaume-Uni : analyse des productions sérielles au moment du Centenaire”, Victor Faingnaert12
- “Portugal entre Outubro e Abril: para uma releitura da Guerra Fria nos manuais de História portugueses”, Clara Serrano13

C1 – O ESPAÇO EM QUESTÃO / FOCUS ON SPACE

- “Cartografia e mapas mentais do século XX. Percepções de um mundo fragmentado e estereotipado”, João Luís Fernandes14
- “O século XX como a ‘época do espaço’: Michel Foucault e a crítica do presente”, Gabriel Pochapski15
- “Informação e segregação na cidade do século XX”, Sinara Sandri16

C2 – TEATRO E DANÇA / THEATRE AND DANCE

- “O ‘estado da nação’: o teatro em Portugal desde 1974”, Rui Pina Coelho17
- “Aberturas coreográficas, narrativas possíveis para o século XX – notas a partir das várias edições do projecto ‘Para UMA Timeline a Haver: genealogias da dança como prática artística em Portugal’”, Ana Bigotte Vieira, Laura Rozas Letelier18

Sessão Plenária 2 / Plenary Session 2

- “Tempo e temporalidade, lembranças e esquecimentos. Afinal, quando começa o século XXI?”, Lília Schwarcz20

D1 – MEDIAÇÕES AUDIOVISUAIS / AUDIOVISUAL MEDIATIONS

“Televisão e a cultura popular no século XX: reflexão sobre o caso português na transição para a democracia”, Carla Baptista	21
“Entre o Século XX e o Século XXI: a Migração Digital”, João Pereira Matos	22
“Modos críticos de fazer, compartilhar e consumir fotojornalismo: relações entre estética e política”, Flávia Garcia Guidotti.....	23
D2 – QUESTIONAR A NAÇÃO / QUESTIONING THE NATION	
“The "minoritized" non-sovereign national group: the 20th century legacies of Middle Eastern construction for the Kurds in Iran”, Sahar Bagheri	24
“From geopolitics and regional identity to geopoetics and self-identification – trajectory of conceptualization of Central Europe”, Aleksandra Tobiasz.....	24
E1 – QUESTÕES DE NARRATIVA I / QUESTIONS OF NARRATIVE I	
“A Extinção das Utopias no Século XX”, Francisco Louçã.....	26
“O Século XX a partir do conceito Dark: preservação e renovação de memórias e património”, Karen Galletto	26
“Fear, melancholy and forms of political economy in the short twentieth century: Hobsbawm, Traverso and Piketty”, João Rodrigues	27
E2 – IDEOLOGIA, CIÊNCIA E AUTORITARISMO / IDEOLOGY, SCIENCE AND AUTOOCRACY	
“Circularidades luso-brasileiras: corporativismo entre Brasil e Portugal”, Gabriela Pacheco	28
“‘Criar cidadãos perfeitos para uma República máscula, forte e virtuosa’: o Primeiro Congresso Nacional Feminista e de Educação (1924) e a modernização da desigualdade”, Jaqueline Moraes de Almeida, Daniel Florence Giesbrecht.....	28
F1 – QUESTÕES DE NARRATIVA II / QUESTIONS OF NARRATIVE II	
“Three Categories of Progress, Three Histories of the Twentieth Century”, Tyson Retz	30
“Progress and Moderation in the Twentieth Century”, Jacob Tom	30
“Putting the Twentieth Century in Perspective: Giovanni Arrighi’s Conceptual ‘Geometries’ as Montage”, Merih Angin.....	32
“Suspension de l’histoire et mondialisation, quand le passé n’est pas passé”, Carlo de Nuzzo	33
F2 – FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE / FEMINISM AND INTERSECTIONALITY	
“Nationalism and Feminism: The Cases of Decolonized South Asia”, Rehnuma Sazzad	35
“Une approche genrée de l’écriture de l’histoire du Levant : femmes et citoyenneté postcoloniale au Liban et en Syrie au 20e siècle”, Angela Kahil	35
“Desenvolvendo uma teoria unitária: para compreender as distintas formas de opressão no capitalismo”, Gabriela Figueira	36
Sessão Plenária 3 / Plenary Session 3	
“Transporting Images: Defining the Cinematic Century”, Vanessa Schwartz	38
G1 – PATRIMÓNIOS, MUSEOLOGIZAÇÃO / HERITAGE, MUSEUMS	
“Um Gabinete de Curiosidade no Século XXI? Uma análise do Gabinete de Curiosidades da Universidade de Coimbra sob a ótica da museologia contemporânea”, Mariana Brum, Mariana Marques, Sofia Seidi	39

“The remains of industry – archaeological investigation and memorialization”, Leonor Medeiros	40
G2 – REVOLUÇÃO / REVOLUTION	
“A Revolução de Outubro e a responsabilidade dos intelectuais: marcas e legados de um século”, Rui Bebiano.....	41
“O general Vasco Gonçalves: que sujeito político?”, António Amaral	41
H1 – QUESTÕES DE HISTORIOGRAFIA / QUESTIONS OF HISTORIOGRAPHY	
“Goosebumps on the Skin of Time: What Regime of Historicity Do We Live in Today?”, Aurimas Švedas	43
“Understanding Historical Research as a Relationist Procedure”, Friedrich von Petersdorff	44
H2 – PARADIGMAS ESTÉTICOS / AESTHETIC PARADIGMS	
“Uma história mal contada?”, Joana Cunha Leal.....	45
“O século da cópia — Ver o século XX pelo código do fotográfico”, Mariana Pinto dos Santos	46
H3 – ANOS 60, ANOS 70, ANOS 80 / THE 1960s, 1970s, 1980s	
“‘Pela paz que nos recusam, muito temos de lutar’: O papel da canção de protesto na construção política do século XX”, Ivan Lima	47
“O setor de informação e a relação entre sociedade, política e violência em Itália na década de 70: crise, novas identidades e inconformismo”, Marco Gomes.....	48
“Do thatcherismo ao cavaquismo: contributos para o estudo de uma época”, Tomás Marques	49
Sessão Plenária 4 / Plenary Session 4	
“Interpreting depression”, Franco “Bifo” Berardi	50

Sessão Plenária 1 / Plenary Session 1

“Darkness, and Then Some Light: Rethinking the History of the Twentieth Century”, Arne Odd Westad

Odd Arne Westad é um especialista em história internacional e global moderna, com enfoque na história do leste asiático desde o século XVIII. Publicou 16 livros, a maior parte dos quais sobre história asiática e global do século XX. Desde meados dos anos 2000, Westad debruça-se sobre aspectos de história pós-colonial e global, bem como a história da China moderna. As três principais obras deste período são *A Guerra Fria Global*, *Império Inquieto* e *A Guerra Fria: Uma História Mundial*. Atualmente, Westad está sobretudo interessado nas histórias do império e do imperialismo, principalmente na Ásia, mas também no resto do mundo. Procura também perceber a emergência das reformas económicas da China no final do século XX e como seus resultados mudaram a economia global.

Odd Arne Westad is a scholar of modern international and global history, with a specialization in the history of eastern Asia since the 18th century. Westad has published 16 books, most of which deal with twentieth century Asian and global history. Since the mid-2000s, Westad has been concerned with aspects of post-colonial and global history, as well as the modern history of China. The three key works from this period are *The Global Cold War*, *Restless Empire*, and *The Cold War: A World History*. Today Westad is mainly interested in researching histories of empire and imperialism, first and foremost in Asia, but also world-wide. He is also trying to figure out how China's late twentieth century economic reforms came into being and how their outcomes changed the global economy.

A1 – ARQUIVOS E NARRATIVAS DE CINEMA / FILM ARCHIVES AND NARRATIVES

“Filme-memória: o cineasta e o inventário de pequenos personagens e grandes Histórias”, Leandro Mendonça, Laís Lara

Laís Lara é pesquisadora e artista-etc. Graduada em Produção Cultural e mestre em Artes pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atualmente desenvolve sua pesquisa e tese de doutoramento. Desempenha investigações nas áreas de cinema, artes do vídeo, artes do corpo na interface arte e filosofia. É pesquisadora Jr. no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Proprietas, onde também compõe o quadro como produtora e gestora cultural. Atualmente é diretora artística na galeria interativa de arte Gretas, galeria. Vice-coordenadora do núcleo Proprietas Cultural.

Leandro Mendonça é produtora e gestora cultural é professor do Departamento de Arte e Estudos Culturais (RAE-UFF), do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes (PPGCA-UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED-UFRJ). É membro-fundador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Proprietas. Coordena o NEDAC - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito, Artes e Políticas Culturais e o LCV - Laboratório de Cinema e Vídeo. Desempenha investigações nas áreas de cinema, economia da cultura e direito autoral. Recentemente foi contemplado com a bolsa Cientista do Nosso Estado/FAPERJ.



A partir dos questionamentos narrativos que o filme-memória do cineasta brasileiro Marcelo Masagão: “Nós que aqui estamos, por vós esperamos” 1999 apontam, pretendemos trazer à tela da presente comunicação o debate acerca das relações entre filmes de arquivo, memória, autoria e as construções narrativas e estéticas sob o escopo de uma subjetividade dita contemporânea. Em vista disso, esmiuçar as conexões entre as noções de filme de arquivo, memória e autoria dentro do processo criativo, estético e político utilizado pelo cineasta, explorando as possibilidades de leitura das visualidades narrativas de sua obra.

Com o título do filme retirado de um pórtico de cemitério da cidade de Paraibuna, interior de São Paulo, Brasil, o filme tem como uma de suas pretensões abordar as noções de morte, vida e memória no “corte temporal” do século XX. Classificados pela crítica de cinema como documentário, o cineasta afirma que seu longa-metragem é um filme-memória, ou, como pretendemos ainda abordar, um “inventário de pequenos personagens”. O então filme-memória conta com imagens de apropriação, imagens de arquivos, sendo estes arquivos de reportagens de tvs, fotografias de jornais, imagens de arquivo pessoal, fragmentos retirados de filmes de autores notórios da História do Cinema, sendo importante ressaltar que noventa e cinco por cento da obra em questão é composta por imagem de arquivo e de apropriação. Já os outros cinco por cento são de captação realizados pelo próprio diretor. Masagão realiza tomadas no interior do cemitério supra referido, alternando em enfoques particulares, com primeiro plano “close-up” em fotografias de túmulos, e imagens gerais, plano geral. Estas tomadas no interior do cemitério contracenam com as imagens de apropriação de maneira a criar pontos de fuga no dispositivo narrativo cinematográfico, ou não exatamente uma fuga, talvez não mais que uma ranhura, que cria lapsos temporais e atritos na ideia de linearidade na abordagem e na construção da ideia de memória coletiva e da própria história ocidental do Século XX. Butilando não só narrativas possíveis e memórias fraturadas de um “pequeno século XX”, como também criando possibilidades dramáticas de um passado por vir nas ranhuras da montagem, dos cortes que não escapam do ponto de fuga, mas que partem do ponto de fuga em Nós que aqui estamos por vós esperamos.

“Cinema Português, ano zero?”, Paulo Cunha

Paulo Cunha é doutor em Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar e Vice Presidente do Departamento de Artes da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior.



A historiografia sobre o cinema português do século XX foi muito pródiga na produção de diversas narrativas em torno da ideia de um suposto “ano zero”: 1896, o ano em que Aurélio Paz dos Reis captou as primeiras imagens em movimento “portuguesas”; 1925, pela falta de actividade cinematográfica no país; 1955, pela ausência de estreias de longas-metragens de produção portuguesa nas salas de cinema em Portugal; 1971, pela aprovação da lei 7/71, que definiu um modelo de financiamento que vigorou durante décadas.

Em torno destas hipóteses de “ano zero”, esta comunicação pretende explorar e reflectir sobre a relevância e dimensão fascista da construção historiográfica a propósito do Cinema Português do século XX, nomeadamente durante o período de vigência do Estado Novo em Portugal. Tal como aconteceu com a própria história de Portugal, também a história do Cinema Português integrou uma narrativa de “decadência” e “regeneração” que pode ser enquadrada como um “núcleo mítico” da ideologia fascista, e que agora, no séc. XXI, estaremos em condições de analisar e mediar.

A2 – ECONOMIA POLÍTICA / POLITICAL ECONOMY

“Economic planning: From the XXth century to today”, David Iria

David Iria is currently a PhD candidate in Economics at the university of Siena, Italy, doing research on the topic of economic planning and its interactions with the history of computers and computer science. He holds a bachelor's degree in Economics (ISCTE-IUL), a bachelor's degree in Philosophy (U.Lisbon) and a Msc in Economics and Public Policy (ISEG-UL). His main research areas of interest are the History of Economic Thought, History of Economics, Philosophy and Methodology of Economics and Economic Planning.



Economic planning is an underappreciated part of the history of economics in the XXth century. While the term is usually associated with the management of the economy through a central plan in a communist country, the meaning and relevance of planning goes much more beyond that. The United States, during the second World War, organized its economy through a centrally planned system (Wilson, 2016). During the advent of Keynesianism and post-war reconstruction a more active role of the State in the economy required the creation of economic plans and planning agencies in many western countries. Within firms, particularly big multinational companies, the organization of production within its sectors and departments requires planning (Phillips & Rozworski, 2019). While economists cling to their belief that the market system is the most efficient mechanism for resource allocation, economic reality showed and continues to show, instances where economic agents opt for something different.

During the XXth century, the discussion on the possibility/feasibility of a planned economy led to a century long theoretical debate – for some still unfinished – between Austrian, Neoclassical and Marxist economists (among others, Dickinson, 1933; Hayek, 1935; Lange, 1936; Mises, 1920). The so-called “socialist calculation debate”, to which economists today are mostly unaware due to its absence from most economic curricula, was important for the development of economic science. Hayek’s arguments, in that debate, concerning the problem of aggregating, discovering and processing knowledge within an economic system (Hayek, 1937, 1945, 2002) , were an important spark behind the emergence of the subfields of Information Economics and Mechanism Design.

Nowadays interest in planning is re-emerging. New economic models of socialism propose some kind of planned organization of the economy, considerably different from the soviet /communist model of the XXth century (Cockshott & Cottrell, 1993; Devine, 1988; Hahnel, 2021; Saros, 2014), to which they are critical. Furthermore, some recent literature shows how multinational big corporations coordinate their activities without the use of internal price mechanisms (Phillips & Rozworski 2019). Additionally, the climate crisis is linked with a search for less waste generating methods for resource allocation, some of them advocating planning (Löwy, 2007). The last decades rise of computer technology and methods also underlies many of these new proposals, which hope, through technology, to overcome previous limitations of planned systems (Morozov, 2019).

Our purpose in this paper is to emphasize the relevance of the concept of economic planning for an understanding of political economy. We discuss what planning meant in the context of XXth century communist and market economies and how new proposals for planning models criticise or are inspired by its historical practice. We conclude by advocating a bigger attention to planning within economics (and not exclusively) and to the need for a wider multidisciplinary discussion of its methods, goals and desirability.

“Truth through competition: Neoliberals and the economic calculation debate”,
Ricardo Noronha

Ricardo Noronha is associate researcher at the Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH). His research topics include social conflict, critical theory and political economy. He is the author of '*A banca ao serviço do Povo'. Política e Economia durante o PREC (1974-75)* (Lisbon: Imprensa de História Contemporânea, 2018) and co-editor of *Greves e conflitos sociais em Portugal no Século XX* (Lisbon: Colibri, 2012).



During the interwar period, a group of intellectuals inspired by classical nineteenth century liberalism waged an uncompromising war against central planning. What was to be known as the ‘Economic calculation debate’ - starting with Mises’ 1920 article ‘*Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*’ and proceeding through the writings of Oskar Lange, Friedrich von Hayek, Joseph Schumpeter or Joan Robinson – was a decisive moment in the formation and intellectual maturation of Neoliberalism, as it would emerge from the *Colloque* Walter Lipmann and, latter on, the Month Pèllerin Society. This presentation will revisit the main problems identified by Neoliberal intellectuals and the arguments they laid out against economic planning, along with the reflections on knowledge and information associated with the functioning of the price system in a competitive market order.

B1 – A MEMÓRIA DO COLONIALISMO / THE MEMORY OF COLONIALISM

“Djaimilia Pereira de Almeida e o duplo da história colonial”, Luciana Martinez

Luciana Martinez, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.



O fim do século XX marcou o fim de muitos fenômenos – houve até quem decretasse, à altura, o fim da própria história. Entre tais fenômenos está o colonialismo. Mas a extinção formal da exploração colonial não significou a interrupção completa de relações coloniais. Ao contrário, o colonialismo continua – até hoje – a marcar identidades e formas nas quais determinadas sociedades se organizam: os fantasmas do colonialismo ainda pairam sobre o contemporâneo. Inspirado pelo pensamento de Walter Benjamin, Georges Didi-Huberman (2017, 2012) vai afirmar a importância de se pensar a história como montagem. Já dizia Benjamin no famoso trecho de *As Passagens de Paris*: “o método deste trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Apenas a mostrar. Não me apropriarei de nada que seja valioso, nem de formulações espirituosas. Mas os farrapos, os resíduos: esses, não quero inventariá-los, mas sim fazer-lhes justiça da única forma possível: utilizando-os” (2019: 589 [N 1a, 8]). O processo de montagem, para Benjamin, é a tentativa de escrever a história a partir das ruínas, dos detritos esquecidos. É uma forma de, por outro lado, interromper o curso do progresso. Envolve, neste sentido, um movimento duplo: toda montagem requer uma desmontagem anterior, desarticula evidências para reorganizá-las e remontá-las de outro modo, sempre temporariamente. Destrói para reconstruir.

A escritora portuguesa Djaimilia Pereira de Almeida já se definiu em entrevista como uma “colecionadora de velharias”, uma pessoa que gosta de recolher as sobras das vidas dos outros. Pensando nisso e tendo a montagem como norte teórico-metodológico, esta comunicação vai analisar os romances *Luanda, Lisboa, Paraíso* (2018) e *Maremoto* (2021) de modo a costurar a partir deles uma pequena história do colonialismo português. No primeiro livro, acompanhamos a história de Cartola de Sousa, um angolano assimilado que viaja a Lisboa com o filho Aquiles em busca de tratamento para o menino. No segundo, lemos as cartas que Boa Morte da Silva – ex-soldado da Guiné recrutado para lutar ao lado das tropas portuguesas durante a guerra colonial – envia à sua filha desconhecida, enquanto perambula sozinho e abandonado pelas ruas de Lisboa. Os personagens de Djaimilia são uma espécie de atualização do passado no presente, eles mesmos personificações das sobrevivências do colonialismo. O objetivo desta fala é olhar para estas histórias como sobras do império português e recolhê-las para revelar nelas um duplo da história colonial.

“Todos Estes Sofrimentos’: Colonialismo e Dor em Cavalos Dinheiro (2014)”, Sérgio Dias Branco

Sérgio Dias Branco, Professor Auxiliar de Estudos Fílmicos | Assistant Professor of Film Studies; Diretor do Mestrado em Estudos Artísticos | Director of the MA in Art Studies; Coordenador do LIPA | Coordinator of LIPA; Investigador do CEIS20 | Researcher at CEIS20.



No centro de Cavalos Dinheiro (2014) de Pedro Costa está o imigrante cabo-verdiano Ventura e as memórias do tempo colonial e do processo revolucionário iniciado no 25 de Abril de 1974 que o assombram. Ventura tinha aparecido pela primeira vez no cinema de Costa em Juventude em Marcha (2006), na curta-metragem O Nosso Homem (2010), e em segmentos de três filmes colectivos: “The Rabbit Hunters” em Memories (2007), “Tarrafal” em O Estado do Mundo (2007), e “Sweet Exorcism” em Centro Histórico (2012). Seguindo este percurso cinematográfico, Cavalos Dinheiro aparece como um ponto para o qual convergem todas estas obras num presente no qual o reconhecimento da história da opressão colonial passa pela presença e pelo discurso dos colonizados, dos racializados, dos subordinados. Esta comunicação analisa a forma como o colonialismo é abordado através de retratos comoventes de luto em Cavalos Dinheiro, desvendando uma ligação indelével entre a violência colonial e a dor da perda.

A peça central do filme é uma sequência muito longa que merece uma análise detalhada. Passa-se dentro de um elevador do hospital onde Ventura está internado. Ao concentrar-se nos efeitos actuais do colonialismo, nas suas ramificações históricas, Cavalos Dinheiro inscreve-se no projeto crítico do afro-pessimismo, com raízes nos contributos de Frantz Fanon. O elevador torna-se numa câmara de ressonância da história vivida, pois Ventura partilha esse espaço fechado com uma estátua viva de um soldado de Abril e duas vozes fora de campo, uma de um adulto e outra de uma criança. As camadas sonoras nesta cena são tão densas e complexas quanto as camadas visuais ao longo do filme, marcadas pela espectralidade. Num ensaio sobre o filme, o filósofo francês Jacques Rancière menciona “[u]m barulho do tempo que é, ele próprio, múltiplo. Há o barulho das vozes e dos passos de alguns indivíduos; há a história das suas vidas que eles contam, revivem ou reinventam; há o rumor da História com a qual a vida deles se misturou: a colonização e a descolonização, os cânticos da Revolução dos Cravos e os da jovem república cabo-verdiana.” Perto do fim da sequência, o soldado está de pé e Ventura está no chão a dizer que está atento, virando depois a cabeça consoante o que está a ouvir. A voz do adulto que vem de outro lugar e de outro tempo, mas que para Ventura está com ele naquele espaço e naquele tempo, condensa muitas das histórias de diferentes personagens que o filme vai tecendo, e sublinha a dificuldade em lidar com o passado assim como a necessidade de o fazer para o futuro. Esta voz diz pausadamente: “Aqui está fechada a história da vida jovem. E da vida que virá. E de tudo o que virá daqui para a frente. Fica à minha beira, o tempo passará depressa. Virá um dia em que aceitaremos todos estes sofrimentos.”

B2 – NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DE GUERRA / WAR NARRATIVES AND REPRESENTATIONS

“Pensar a Primeira Guerra Mundial. Perspectivando novas abordagens”, Sérgio Neto

Sérgio Neto, CEIS20.



O historiador militar britânico John Keegan, na primeira linha de um dos seus livros, definiu a Primeira Guerra Mundial como “um conflito trágico e desnecessário”. Este verdadeiro portão do século XX, flanqueado por vários umbrais, como a Revolução de 1917, o surgimento da Sociedade das Nações (SDN) enquanto primeira grande organização multinacional, assim como pelas profundas mutações políticas, económicas e culturais, tem, desde então, ecoado de modo significativo na historiografia. Publicada em 2004/2005, a obra *Penser la Grande Guerre. Un essai d'historiographie/The Great in History. Debates and Controversies*, de Jay Winter e Antoine Prost, conheceu uma nova edição em 2020, a qual procurou discutir criticamente a bibliografia entretanto vinda a lume no contexto do centenário da guerra.

Ora, de acordo com estes autores, a historiografia novecentista terá navegado através de três “configurações”: ênfase até 1945 nos estudos militares e diplomáticos; destaque da História Social a partir dos anos 50; e renovação nos anos 60, com a tónica posta no paradigma cultural, que, em boa medida, com muitos desenvolvimentos, continua a prevalecer até aos dias de hoje. Veja-se, a este propósito, *The Great War and Medieval Memory. War, Remembrance and Medievalism in Britain and Germany, 1914-1940* (2007), de Stefan Goebel. Em todo o caso, *The Great War and Modern Memory* (1975), de Paul Fussell, terá sido determinante – “seminal”, segundo Winter/Prost – para esta terceira “configuração”, mesmo se ponderando tão-só o caso britânico.

Neste sentido, importa procurar perceber de que modo o século XXI tem pensado a Primeira Guerra Mundial, sobretudo tendo presente a conflagração que incendiou a ex-Jugoslávia no rescaldo do “short 20th century”, a emergência de um novo contexto internacional tendente à multipolaridade e as próprias comemorações e releituras do centenário de 1914-1918. Por outro lado, não é de somenos importância considerar a questão das alterações climáticas, que tem encontrado o seu lugar em publicações, como a obra colectiva *Landscapes of the First World War* (2018) e *Where Poppies Blow*, de John Lewis-Stempel (2017), ou até na releitura das obras literárias de Jean Giono, tido como um ecologista *avant la lettre*. Por seu lado, as questões de género foram equacionadas, entre outros, nos escritos de Margaret Higonnet.

Tendo presente todos estes postulados, esta comunicação pretende discutir a renovação historiográfica do novo século em torno da Primeira Guerra Mundial, ao mesmo tempo que propõe enquadrar o corpo literário luso (memórias, romances, contos, peças de teatro e poesia) redigido nas décadas que sucederam ao conflito. Compreendendo outras obras, que não apenas as inscritas no “canôe” de Hernâni Cidade, procura-se mensurar de que modo estes escritos, na sua maior ou menor riqueza literária, mas de inegável valor informativo, tentaram responder às grandes inquietações do pós-guerra (recordando, ilustrando, confortando e polemizando).

Ou seja, partindo de trabalhos já publicados, como *Faith, Redemption and Saudade. Civil religion and the sacred in Portuguese Theatre on the First World War* e *Portugal and the Memory of the First World War*, da comunicação recentemente apresentada *Real and Symbolic Violence. A reading from the ‘four gospels’ of the First World War in Mozambique*, no âmbito do estudo que tenho venho a conduzir, pretendo ir ao encontro do tema do congresso, pensando um dos acontecimentos mais marcantes do século XX através de uma lente analítica.

“La Grande Guerre comme évènement fondateur du Royaume-Uni : analyse des productions sérielles au moment du Centenaire”, Victor Faingnaert

Victor Faingnaert, Université de Caen Normandie.



La Grande Guerre est perçue au Royaume-Uni comme le fondement de la démocratie libérale. De fait, si le terme de « démocratie » prenait place progressivement dans le débat public britannique depuis les années 1880, ce sont véritablement les lendemains du conflit qui l’ont vu s’imposer pour désigner le régime politique en place.

En effet, avec l’élargissement de la citoyenneté et la conquête du droit de vote par les femmes (inscrit dans la loi en 1918 pour les femmes de plus de 30 ans, puis complété dix années plus tard pour concerner toutes les femmes) la période semble propice pour penser les spécificités politiques du pays. Pour autant, les Lendemains de la Grande Guerre sont également une période d’intenses conflits sociaux. Que ce soit l’indépendance de l’Irlande ou encore la répression généralisée envers de nombreux corps politiques (ouvriers, syndiqués, communistes, noirs-Britanniques, Irlandais, suffragettes, Juifs), cette époque n’est pas une simple extension démocratique, elle est aussi le terrain d’une conflictualité pour la constitution du peuple et de l’identité nationale.

Près d’un siècle après la Grande Guerre, au cours de la décennie du Centenaire, plusieurs productions sérielles s’emparent du sujet et cherchent ainsi à élaborer des conceptions du Royaume-Uni par la représentation de cet évènement fondateur. Ces séries, participant de la recherche de l’identité britannique contemporaine, sont inscrites au cœur d’une « surabondance mémorielle » qui serait le signe d’une « crise de l’identité » du pays. Elles s’attardent spécifiquement sur la Première Guerre mondiale, un conflit qui marque traditionnellement la fin du « long-dix-neuvième » et le début du « court-vingtième » et donc autour duquel s’opérerait un changement d’ère.

Plus spécifiquement, deux séries, souvent comparées, ressortent de notre corpus et contribuent aux débats sur l’identité nationale : *Downton Abbey* (Julian Fellowes, ITV1, 2010 – 2015) et *Peaky Blinders* (Steven Knight, BBC Two, 2013 – 2022). Ces deux séries s’intègrent pleinement dans le « moment mémoriel » que constitue le Centenaire de la Grande Guerre et élaborent une représentation du conflit, et surtout de ses conséquences sur la société britannique.

Downton Abbey porte à l’écran l’histoire d’une famille fictive, les Crawley, entre 1912 et 1925. La vie de famille est mise en parallèle avec celle des domestiques de cette dernière, reprenant ainsi le schéma, désormais classique, de *upstairs downstairs*, maîtres et valets, de la série du même nom, diffusée entre 1971 et 1975. Cette structure narrative lui permet de définir plus facilement, par opposition avec les domestiques, ce qu’est l’aristocratie britannique à cette époque.

Peaky Blinders, quant à elle, dépeint l’histoire du gang fictif des Peaky Blinders, à partir de 1919, à Birmingham. Le récit suit la réinsertion des personnages, tous des vétérans de la Première Guerre mondiale, dans la société. Entre communisme, luttes sociales et criminalité de droit commun, la série se veut une représentation des couches populaires de la société.

L’analyse de ces deux récits historiques permet alors de saisir les débats et les imaginaires sociaux d’une période qui se trouve au cœur des luttes – auxquelles ces deux séries et *showrunners* entendent participer – pour la définition de l’identité britannique.

“Portugal entre Outubro e Abril: para uma releitura da Guerra Fria nos manuais de História portugueses”, Clara Serrano

Clara Serrano, CEIS20, Universidade de Coimbra.



Os manuais escolares, enquanto veículos dos desenhos curriculares, continuam a ser uma peça central no concerto educativo (Sherman et al., 2016; Hadar, 2017). Os livros, nomeadamente os da disciplina de História, são um meio de divulgação em série dos “discursos” e das “imagens” oficialmente aprovadas e, ao mesmo tempo, espelhos das controvérsias sociais em torno de questões sensíveis (Klerides 2010; Macgilchrist 2015). Misturam e combinam miríades de fios discursivos, que os ligam a um ambiente social mais vasto (Binnenkade, 2015). Situados na fronteira entre política, história, pedagogia e didática, refletem exigências curriculares, bem como padrões científicos e pedagógicos. Respondem às exigências da sociedade e dos debates políticos (Christophe, 2019).

A investigação sobre textos escolares intensificou-se logo após a Primeira Guerra Mundial, tendo alargado consideravelmente o seu âmbito e as suas abordagens metodológicas após o colapso do mundo bipolar (Pingel, 2008). Atualmente, organismos governamentais nacionais e internacionais, ONGs, e instituições académicas e pedagógicas, estão envolvidos em projetos que observam práticas de inculcação e de perpetuação da memória através destas lentes analíticas.

Partindo destes pressupostos, pretende-se analisar uma amostra significativa de manuais escolares da disciplina de História, desde o 25 de Abril de 1974 até à atualidade, numa perspetiva histórica, nacional e multinacional, procurando perceber de que modo a Guerra Fria foi representada, quer do ponto de vista da construção discursiva, quer considerando os documentos escritos e iconográficos, com destaque para as caricaturas.

Por outro lado, importa ter presente o modo como os manuais foram equacionando o realinhamento de Portugal no concerto internacional. Assim, os manuais escritos durante ou no rescaldo de Abril posicionavam o país do seguinte modo: “é muito auspiciosa a perspetiva de podermos situar a construção do socialismo português entre o mundo capitalista (a que Portugal se confina geograficamente), onde passou a ser uma força de desagregação irreversível, e o Terceiro Mundo (a que Portugal se liga historicamente), onde se agarra, na condição de subdesenvolvimento a na tarefa comum de se reconstruir dos escombros do fascismo” (Reis, 1975). Neste sentido, enfatizavam as experiências cubana e jugoslava, assim como o legado da Revolução de Outubro. Por seu lado, os anos oitenta e noventa, sob os auspícios da adesão à CEE e do colapso da URSS (e do bloco socialista da Europa de Leste), assinalaram uma releitura da segunda metade do século XX.

Duas últimas “gerações” de manuais, surgidas no século XXI, cristalizaram (até ao momento) determinada visão da Guerra Fria e do posicionamento de Portugal (e das ex-colónias africanas) que importa visitar e discutir. Após o enquadramento acima enunciado, é este o objetivo primacial desta comunicação.

C1 – O ESPAÇO EM QUESTÃO / FOCUS ON SPACE

“Cartografia e mapas mentais do século XX. Percepções de um mundo fragmentado e estereotipado”, João Luís Fernandes

João Luís Fernandes tem doutoramento em Geografia Humana, é professor do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador integrado no Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20), da mesma universidade. Tem lecionado e feito investigação em áreas como a Geografia Cultural e Política, as desigualdades de desenvolvimento, a globalização e os conflitos territoriais. É subdiretor da Faculdade de Letras para as áreas da internacionalização e da inovação. É auditor de defesa nacional e vice-presidente da Associação de Auditores da Região Centro. É vice-presidente da Riscos- Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança.



As representações mentais do mundo contemporâneo estão ainda muito vinculadas ao século XX, em particular à cartografia produzida durante a Guerra Fria. A separação do espaço geográfico global entre a esfera de influência do ocidente e a simétrica região dependente da antiga URSS, assim como a clara separação do continente europeu entre a Europa Ocidental e de Leste, continuam a marcar os mapas mentais da atualidade.

Pelo seu impacto direto e visual e pela simplificação da mensagem, a cartografia detém um poder de inscrição que não pode ser negligenciado, sobretudo no que se refere ao registo e representação de limites separadores.

Nesse sentido, cruzam-se duas perspetivas. Por um lado, a de Mark Monmonier, que analisa e caracteriza os mapas como imperativos, isto é, como fatores que condicionam percepções e comportamentos. Por outro, a de Jean-François Staszak, que considera o caráter performativo das linhas de fragmentação e dos limites. Para este autor, mais que o reflexo do passado, estas linhas de separação projetam-se nas imagens construídas e nos comportamentos futuros.

Para além da Guerra Fria, o século XX deixou-nos outras cartografias que ordenam, dividem e categorizam o mundo a partir de linhas separadoras simplistas e esquemáticas.

Refiram-se os mapas produzidos a partir da tese do choque das civilizações, de Samuel Huntington. Nesta perspetiva, a sociedade global estaria fragmentada por mosaicos civilizacionais, cada um desses fragmentos internamente homogêneos e, de forma clara, separados e diferenciados dos restantes. Tal como na tectónica de placas, também nesta perspetiva se antecipam choques e tensões entre as peças deste puzzle.

Na transição entre o século XX e o século XXI, e como resposta aos ataques terroristas do 9/11, Thomas P.M. Barnett produziu o "The Pentagon's New Map". Nesta representação, o mundo está dividido entre as regiões que o autor denomina como 'integradas' ou, no original, "The Core"; e as regiões que fazem parte do "Non-Integrating Gap". No primeiro, teríamos o mundo tranquilo, previsível e seguro. No segundo, os territórios de potenciais conflitos e turbulências. Numa leitura geral, esta vasta região perturbadora do sistema global corresponde à América Central e ao setor setentrional da América do Sul, ao continente africano, ao Próximo e Médio Oriente ou parte do sudeste asiático.

Este modelo de cartografia, inflexível em termos de escalas geográficas, e simplista no que diz respeito ao conteúdo e à categorização regional do mundo, é performativo e deixa rasto nos mapas mentais. Nesse sentido, é importante refletir a herança cartográfica que o século XX deixou ao século XXI"

“O século XX como a ‘época do espaço’: Michel Foucault e a crítica do presente”, Gabriel Pochapski

Gabriel José Pochapski é doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas (São Paulo-Brasil), com período na Université Paris 8, desenvolvendo pesquisa sobre as relações entre história e espaço na obra de Michel Foucault, com o contrato doutoral da FAPESP. É membro do Groupe de Recherche sur les Archives Foucauldienes (GRAF-Paris 8) e pesquisador estrangeiro do Centre Michel Foucault.



O objetivo desta apresentação é analisar como o espaço foi compreendido por Michel Foucault como um problema central do século XX, mas também como uma abertura para a crítica histórica do seu próprio presente. Embora a obra do filósofo francês seja conhecida por livros que destacaram as prisões, escolas, hospitais e outras instituições, o tema do espaço foi discutido de forma paralela e ampla em diversas conferências, entrevistas e debates, o que nos permite apontar a importância desta dimensão no trabalho foucaultiano de interrogar a atualidade. Ao contrário da ênfase no progresso, no otimismo científico-filosófico, no acúmulo e exaltação do passado, entre outras dinâmicas que conceberam o tempo como um eixo central do século XIX, foi na conferência “Outros espaços”, de 1967, que Foucault considerou que a sua época poderia ser percebida a partir de uma perspectiva espacial. Neste caso, o século XX seria marcado por justaposições, simultaneidades, disposições e novos modos de circulação das pessoas, dos modelos institucionais e das informações. Se a modernidade dessacralizou o tempo em prol da técnica, o espaço permaneceu atravessado por dicotomias que moldaram o presente a partir de divisões como as de público e privado, profano e sagrado, entre outras. Seguindo esta percepção, Foucault argumentou que os grandes conflitos ideológicos que animaram o século XX poderiam ser traduzidos na oposição entre “os piedosos descendentes do tempo e os habitantes encarniçados do espaço”. Para além desta conferência, no decorrer das décadas de 1960 a 1980, notamos uma insistência foucaultiana para a necessidade de se repensar o olhar empobrecido para as espacialidades, uma vez que elas eram inseparáveis dos acontecimentos do seu tempo. Podemos encontrar tais preocupações nos cursos ministrados na Universidade de Vincennes, em 1969; nos diversos debates com os geógrafos e historiadores franceses, entre 1976 e 1978; ou em sua entrevista com Moriaki Watanabe, no ano de 1978, quando questões como a descolonização, as revoluções, as grandes guerras ou as migrações foram evocadas sob o prisma espacial. Mais do que compor um itinerário do tema do espaço na obra de Foucault, o que esta apresentação visa destacar é o modo espacializante com o qual o filósofo questionou as dinâmicas que constituíram o seu presente. Assim, tal gesto também pode instigar novos horizontes de reflexão e de crítica para o século XXI, sobretudo quando a destruição ambiental, a ênfase nos muros e fronteiras, o ressurgimento dos nacionalismos ou a precarização neoliberal da vida colocam a centralidade política dos espaços como um tema fundamental e urgente.

"Informação e segregação na cidade do século XX", Sinara Sandri

Sinara Sandri, Centro de Estudos Sociais / Universidade de Coimbra.



O pensamento do século XX enredou os conceitos de comunicação e cidade. Portanto, é pertinente relacionar o pensamento comunicacional à lógica que orienta a normatização do espaço urbano. Nesta fronteira, encontramos a sociologia urbana e sua proximidade com o Interacionismo Simbólico, nomeadamente a Escola de Chicago, referências incontornáveis das ciências sociais do século passado. A proposição ganha atualidade por abrir uma frente de análise que dialoga com os dilemas da contemporaneidade, notadamente a desigualdade da segregação espacial e a constituição de bolhas de incomunicabilidade.

Em linhas gerais, poderíamos dizer que a comunicação interacionista e o modelo urbano de Chicago têm uma premissa básica que é o compartilhamento de semelhanças. A partir de um self construído por uma performance reflexiva, entendida aqui como um esquema que se alimenta pela positividade do reconhecimento, são construídas ilhas de pertencimento. Neste pensamento, comunicar é partilhar o que é parecido, descartando o que não pode ser reconhecido e priorizando canais eficazes para circulação de mensagem. Neste modelo, para estar integrado à sociedade, é imprescindível aderir ao código vigente.

No pensamento sobre as cidades, a herança desta escola é o entendimento de que a conformação urbana resulta de um mecanismo adaptativo onde as populações se organizam por estratégias de sobrevivência a partir de características compartilhadas. Fora destes nichos, as chances de sucesso frente à hostilidade do mundo seriam reduzidas. Portanto, os guetos seriam processos naturais e, de certa forma, salutares facilitando a governança das desigualdades. A cidade é comparada a um organismo funcional, onde o bom desempenho de cada parte em tarefas previamente estabelecidas garantiria a harmonia do conjunto.

A permanência residual desta compreensão pode ser relacionada à naturalização dos processos de segregação espacial e à dificuldade de enfrentar experiências disruptivas. A identificação destas vertentes de pensamento é importante porque, pela hipótese defendida aqui, estão relacionadas aos bloqueios impostos à apropriação e alteração dos usos dos espaços públicos urbanos pelas populações contemporâneas.

Com Bourdieu, entendemos que o espaço construído é resultado de uma correlação de forças e, porque não dizer, um dispositivo pedagógico para naturalização de hierarquias sociais. O fato é que estas hierarquias estão em cheque em processos e experiências que ocorrem globalmente. As mudanças no mundo do trabalho, a crise climática, as emergências sanitárias e políticas, as diásporas populacionais e as mudanças de comportamento exigem uma nova conformação espacial e uma nova compreensão sobre o que é comunicar sem aplainar diferenças. Neste exercício de imaginar novas e necessárias formas de viver e conviver, é preciso pensar processos e criar espaços urbanos para que a comunicação não tenha como objetivo facilitar a partilha de igualdades, mas sim operar na negociação entre diferentes.

C2 – TEATRO E DANÇA / THEATRE AND DANCE

“O ‘estado da nação’: o teatro em Portugal desde 1974”, Rui Pina Coelho

Rui Pina Coelho (Évora, 1975) é Professor Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dirige o Centro de Estudos de Teatro da FLUL e a *Sinais de Cena – Revista de estudos de teatro e artes performativas*. Publicou *Karl Marx raconté à mês enfants et rappelé au peuple* (Les Solitaires Intempestifs, 2022), *Tudo é um nada novo: textos para espectáculos na era da economia da atenção* (Douda Correria, 2021), *Este título não que é muito longo: textos para teatro (2011-2018)* (Companhia das Ilhas, 2020); *António Pedro* (Coleção Biografias do Teatro Português) (IN-CM, 2017); *A hora do crime: A violência na dramaturgia britânica do pós-Segunda Guerra Mundial (1951-1967)* (Peter Lang, 2016); *Casa da Comédia (1946-1975): Um palco para uma ideia de teatro* (IN-CM, 2009), entre outros títulos. Coordena o volume *Teatro Contemporâneo Português: Experimentalismo, Política e Utopia [título provisório]* (TNDMII/Bicho do Mato, 2017). Coordenou o Laboratório de Escrita para Teatro, do Teatro Nacional D. Maria II, entre 2015 e 2019. Desde 2010, colabora regularmente com o TEP – Teatro Experimental do Porto, enquanto dramaturgo e dramaturgista.



Nos estudos sobre a dramaturgia britânica moderna e contemporânea tem-se vindo a cristalizar a expressão “state-of-the-nation-play”, para designar, muito sumariamente, a inclinação que se descobre em alguma da cena britânica para conceber textos que têm a capacidade de perscrutar e fazer o ponto da situação política e social num dado momento histórico. Para a pertinência desta expressão muito contribuíram as obras *State of the Nation: British Theatre since 1945*, de Michael Billington (2007) e *Rewriting the Nation: British Theatre Today*, de Aleks Sierz (2011).

Na dramaturgia portuguesa, esta “inclinação” parece não ter grande historial (ou, pelo menos, não se tem sentido a necessidade de encontrar uma expressão para designar uma tal “inclinação”). Contudo, dada a vasta presença de um teatro de índole política na cena portuguesa, será espectável encontrar, amiúde, peças de teatro e/ou espectáculos que tenham a mesma vontade de fazer o ponto num dado momento da história da “nação”.

Assim, nesta comunicação, proponho tecer uma narrativa sobre o período compreendido entre o 25 de Abril de 1974 e a contemporaneidade, sob o prisma de algumas manifestações teatrais, examinando um conjunto de textos dramáticos e espectáculos que se poderiam constituir como “peças-do-estado-da-nação”.

Assim, serão alvo de exame os seguintes textos e espectáculos, visando a constante interação entre teatro e sociedade: *Ao qu’isto chegou: Feira portuguesa de opinião* (Barraca, 1977); *A mãe*, de B. Brecht (Comuna, 1977); *A missão - recordações de uma revolução*, de Heiner Müller (Teatro da Cornucópia, 1984 e 1992, com nova encenação); *Retrato de uma família portuguesa*, Miguel Rovisco (enc. Artur Ramos, 1991); *Nunca nada de ninguém*, de Luísa Costa Gomes (enc. Ana Tamen, 1991); *António, um rapaz de Lisboa*, de Jorge Silva Melo (1995); *Uma família portuguesa*, de Filomena Oliveira e Miguel Real (Novo Grupo, 2010); *Um museu vivo de memórias pequenas e esquecidas*, de Joana Craveiro (Teatro do Vestido, 2014); *Catarina e a beleza de matar fascistas*, de Tiago Rodrigues (Teatro Nacional D. Maria II, 2020); e *Casa Portuguesa*, de Pedro Penim (Teatro Nacional D. Maria II, 2021).

Este *corpus*, creio, atesta as prolixas relações com o ideário da revolução de Abril. Assim, ao longo deste período (1977-2021) podemos observar como a festa e a utopia do período pós-revolucionário darão lugar ao cepticismo e ao desencanto; as gestas heroicas se transformam em relatos sobre a banalidade e futilidade do quotidiano de classe-média; como o passado colonial e os traumas de guerra regressam para assombrar as novas gerações e famílias. Mas podemos também observar como este mesmo ideário é convocado – resistindo à erosão da memória – para um (novo) combate à ascensão dos extremismos de direita.

"Aberturas coreográficas, narrativas possíveis para o século XX – notas a partir das várias edições do projecto 'Para UMA Timeline a Haver: genealogias da dança como prática artística em Portugal', Ana Bigotte Vieira, Laura Rozas Letelier

Ana Bigotte Vieira faz parte da equipa de programação do Teatro do Bairro Alto, sob direcção artística de Francisco Frazão, como programadora de discurso. Licenciou-se em História Moderna e Contemporânea (ISCTE), especializando-se em Cultura e Filosofia Contemporâneas (FCSH-UNL), e em Estudos de Teatro (UL). Entre 2009 e 2012 foi Visiting Scholar no Departamento de Performance Studies da NYU. É co-fundadora da plataforma baldio | Estudos de Performance, e dramaturgista em teatro e em dança. Foi bolseira no projecto ERC TKB / Transmedia Knowledge Base for the Performing Arts, e presentemente desenvolve com o coreógrafo João dos Santos Martins um projecto de historicização colectiva da dança em Portugal intitulado Para uma timeline a haver, participando também no grupo coordenado pela Professora Maria João Brilhante que levará a cabo uma primeira indexação do espólio do teatro da Cornucópia no âmbito do projecto FCT “ARTHE. Arquivar o Teatro” de que é Co-IR. Traduziu vários autores, sobretudo de teatro e filosofia, como Luigi Pirandello, Giorgio Agamben e Maurizio Lazzarato.

Laura Rozas Letelier é licenciada em História pela Pontificia Universidad Católica de Chile e pós-graduada em Semiótica da Arte e Cultura (Universidade de Chile). Veio para Portugal em 2019 para realizar o Mestrado em Estudos de Teatro na Universidade de Lisboa, centrando a sua pesquisa de dissertação no projecto Para Uma Timeline a Haver: genealogias da dança como prática artística em Portugal. Trabalhou como investigadora em projetos de arquivo em Artes Performativas em conjunto com o Centro de Memória de las Artes Escénicas (CIM a/e, Santiago do Chile). Atualmente é investigadora no projeto de arquivo de dança no Centro de Residências NAVE (Santiago de Chile) e é bolseira do projecto FCT “ARTHE. Arquivar o Teatro” pelo Centro de Estudos de Teatro (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa).



Nesta apresentação gostaríamos de problematizar o gesto historiográfico – sempre em diferente e em processo – que tem caracterizado a abordagem ao séc XX patente nas várias edições da exposição Para Uma Timeline a Haver: genealogias da dança como prática artística em Portugal, dando a ver, em conversa, alguns dos paradoxos com que nos deparamos presentemente na construção da sua futura edição em 2023-2024, em Lisboa.

A comunicação toma de empréstimo abordagens provenientes dos Estudos de Dança e Performance e dos Estudos de Curadoria, para colocar em perspetiva a conceção de arquivo e o tipo de pensamento historiográfico que o referido projecto experimenta - e que permitem entrever possibilidades que a dança contemporânea, espaço de auto-reflexão crítica em contaminação com outros campos epistemológicos, pode trazer tanto à historiografia da dança, como ao campo geral da historiografia.

Tomando diferentes formatos consoante as suas edições, o projeto Para Uma Timeline a Haver — Genealogias da dança enquanto prática artística em Portugal de Ana Bigotte Vieira e João dos Santos Martins, e, mais recentemente, Carlos Oliveira, começou, em 2016, por ser um exercício performativo que tentava activar memórias mas transformou-se rapidamente numa maneira de mapear o pouco material editado sobre dança no país colocando-o em relação com o contexto maior da história nacional, das grandes narrativas da história da dança e da arte ocidental, e da própria história global, abarcando a totalidade do séc. XX e o início do séc. XXI, chegando a hoje. A metodologia central utilizada consistiu na disposição de 5 linhas do tempo paralelas por várias dezenas de metros de parede (ver imagens em 1 e 2) numa abordagem cronológica e diagramática que, no decurso das edições tem vindo a ser complementada por uma profusão de imagens fotográficas e, mais recentemente, por material audiovisual.

Simultaneamente dispositivo expositivo e de pesquisa, trata-se de – a cada edição – escolher qual a investigação a aprofundar e como a expor de modo a instigar interrogações futuras, desvelando pontos cegos. Funcionando por acumulação, este dispositivo opera expondo em negativo o que

falta, contribuindo para desvelar lógicas narrativas que compõem a História oficial, desmultiplicando o passado e impelindo à escrita. É igualmente um dispositivo performativo: percorre-se literalmente o séc. XX caminhando ao longo da exposição, abrindo o “arco narrativo” da linha a periodizações várias; permite igualmente a construção de diagramas múltiplos, traçando genealogias e filiações ou iluminando sujeitos históricos outros. Do mesmo modo, funciona como cenário privilegiado para a recolha de histórias oral, pelo convite a protagonistas das várias histórias contadas para a visitarem na primeira pessoa, guiando o visitante pelos seus percursos pessoais ou imaginados.

Materializando um pensamento espacializado e coreográfico da história, Para Uma Timeline a Haver: questiona não só as formas de a dança narrar a sua própria história, mas também acaba por — em diálogo com conceitos como "formas coreográficas de reflexão histórica" (Wehren, 2016) e a noção de "curadoria como investigação" (O'Neill, 2012; Sheikh, 2013)— problematizar e abrir as próprias formas de construção e transmissão das narrativas históricas do século XX, expandindo o pensamento historiográfico.

Sessão Plenária 2 / Plenary Session 2

"Tempo e temporalidade, lembranças e esquecimentos. Afinal, quando começa o século XXI?", Lilia Schwarcz

Lilia Moritz Schwarcz Professora em Antropologia da Universidade de São Paulo e Global Scholar e Visiting Professor na Universidade de Princeton (EUA). As suas publicações incluem, em português: *Retrato em branco e negro* (1987), *A longa viagem da biblioteca dos reis* (2002), *O sol do Brasil* (2008), *Dicionário da Escravidão e da Liberdade* (2018), com Flavio Gomes, *Sobre o autoritarismo no Brasil* (2019); e em inglês: *Spectacle of Races: Scientists, Institutions and Racial Theories in Brazil at the End of the XIXth Century* (Farrar Strauss and Giroux, 1999), *The Emperor's Beard: D. Pedro II a tropical king* (Farrar Strauss and Giroux, 2004), *Brazil: a biography* (com Heloisa Starling) (Farrar Strauss and Giroux and Penguin UK, 2015), *Lima Barreto sad visionary, The Brazil Reader: History, culture, politics* (com James Green e Victoria Langland) (2018, Duque University Press), *About authoritarianism* (Princeton University Press, 2021), *Death Dancer: the Spanish Flu in Brazil* (2020), *Black Encyclopedia* (2021), *The Kidnapping of independence* (2022).

Lilia Moritz Schwarcz is Full Professor in Anthropology at the University of São Paulo and Global Scholar and Visiting Professor at Princeton. Her publications include, in Portuguese: *Retrato em branco e negro* (1987), *A longa viagem da biblioteca dos reis* (2002), *O sol do Brasil* (2008), *Dicionário da escravidão e da Liberdade* (2018), with Flavio Gomes, *Sobre o autoritarismo no Brasil* (2019); and in English: *Spectacle of Races: Scientists, Institutions and Racial Theories in Brazil at the End of the XIXth Century* (Farrar Strauss and Giroux, 1999), *The Emperors beard: D. Pedro II a tropical king* (Farrar Strauss and Giroux, 2004), *Brazil: a biography* (with Heloisa Starling) (Farrar Strauss and Giroux and Penguin UK, 2015), *Lima Barreto sad visionary, The Brazil Reader: History, culture, politica* (with James Green and Victoria Langland) (2018, Duque University Press), *About authoritarianism* (Princeton University Press, 2021), *Death Dancer: the Spanish Flu in Brazil* (2020), *Black Encyclopedia* (2021), *The Kidnapping of independence* (2022).

D1 – MEDIAÇÕES AUDIOVISUAIS / AUDIOVISUAL MEDIATIONS

“Televisão e a cultura popular no século XX: reflexão sobre o caso português na transição para a democracia”, Carla Baptista

Carla Baptista, NOVA FCSH/ICNOVA.



Esta comunicação analisa o papel da televisão portuguesa na construção de uma cultura popular emergente nos pós 25 abril de 1974. A partir das mudanças ocorridas na programação da RTP, em particular os programas informativos não diários produzidos pelo Departamento de Programas Político-Sociais (DPPS) entre 1974 e 1975, procuramos identificar a visão política que orientou a construção da televisão popular com uma natureza “revolucionária” e exploramos as contradições desse processo. Para além da conflitualidade resultante da disputa entre os vários atores sociais pela ocupação da televisão enquanto espaço político central, foi acompanhado de uma discussão alargada sobre o papel deste media na construção da democracia portuguesa e da cultura popular. É essa discussão, refletida na natureza e tipologia de programas criados para responder às necessidades de informação e formação do povo identificadas na época, que constitui o foco desta apresentação. As mudanças introduzidas na grelha de programas durante o PREC, e a inflação de programas de debate e mesa redonda convocando “tipos sociais” até aí interditos (intelectuais de esquerda, trabalhadores rurais, operários, feministas) são um reflexo da tomada de consciência abrupta do papel central dos media numa disputa que, para além dos aspetos materiais, era também simbólica. Para além da rápida identificação das novas lideranças políticas, tratava-se de disseminar e estabilizar o sentido coletivo para conceitos chave como democracia, pluralismo e povo. A redefinição do campo jornalístico fez-se de forma desordenada, movida pelo imperativo de responder à evolução política, às mudanças sociais do país e às novas oportunidades geradas pelo quadro revolucionário. O padrão do jornalismo “militante e não explicativo” que, segundo Mário Mesquita (1988), marcou o período entre 1974-76, coexistiu com formas de afirmação do campo jornalístico. Procuramos neste texto valorizar e autonomizar esses movimentos em relação ao campo político. A televisão trilhou o caminho de invenção de uma profissão a de repórter televisivo pleno, não amputado pela censura, que tem pela primeira vez a oportunidade de descobrir o país real e dar-lhe visibilidade e expressão. Os programas que integram a grelha informativa não diária durante o PREC são um exemplo de inovação ao nível de conteúdos, mas também formal, recorrendo a formatos e dispositivos narrativos inspirados nas linguagens do cinema documental, do teatro de revista, da reportagem televisiva, forjados num ambiente criativo e colaborativo que amiúde integrava cineastas, jornalistas, atores, escritores, locutores e intelectuais. Eram contributos e equipas até aí improváveis, que correspondem a uma utopia criativa destinada ao mesmo estilhaçamento da própria revolução.

“Entre o Século XX e o Século XXI: a Migração Digital”, João Pereira Matos

João Pereira de Matos (Lisboa, 1973) é Investigador no CHAM – Centro de Humanidades, da Universidade Nova de Lisboa. Lecciona nessa Instituição, há já vários anos, uma cadeira sobre Epicuro, Epicurismo e a Tradição Epicurista e apresentou, ainda, cursos sobre Jorge Luis Borges e Franz Kafka. Proferiu diversas conferências, em Portugal e no estrangeiro, entre as quais cabe destacar, com relação com o tema aqui proposto, *Boundaries of the Human/ Boundaries of the Humanities*, na Universidade Nova. É também um escritor publicado.



Nesta comunicação pretende-se explorar um dos fenómenos mais significativos que marcam a transição dos Séculos XX para o XXI que foi a «migração» tecnológica maciça de um paradigma, fundamentalmente, analógico (isto é, baseado em suportes físicos, como o papel, eléctricos ou electromagnéticos) que se manteve até ao último quartel do Século XX para um paradigma digital que se impôs, sobretudo, a partir dos inícios do Século XXI.

Este foi, talvez, um dos fenómenos mais profundos e com consequências mais vastas e complexas que marcam essa passagem temporal e que se constituiu por uma migração dos suportes informacionais analógicos para os digitais, acompanhada, de toda uma arquitectura virtual que se ergueu a partir dessa imensa infraestrutura digital, construindo-se, ademais, toda uma nova cultura própria.

É um fenómeno global, aparentemente irreversível e que marca uma mudança de tal modo radical que, porventura, se poderá dizer que tem uma importância semelhante à da invenção da Imprensa de Gutenberg no que concerne à produção, arquivo e divulgação da informação.

Esta migração que também é uma revolução, mudou todos os aspectos do que significa ser-se humano: desde as relações sociais intermediadas pela comunicação digital, até às relações do indivíduo com o seu contexto cultural, com a memória histórica, com o conhecimento científico e com as humanidades.

Esse fenómeno da migração tem sido um pano-de-fundo dos acontecimentos político-sociais e históricos na passagem para o Século XX para o XXI, com diferentes lugares na História, por vezes, mesmo, com um papel de destaque em revoluções político-sociais outras, apenas, como um contexto informacional subjacente a elas, na sua divulgação ou registo, discussão e, até, na sua repressão, reacção ou em movimentos de contra-informação.

Em suma, não é possível, hoje, pensar o humano sem se ter em conta a permanência do digital, nem essa mudança de ecossistema informacional, essa migração de um paradigma analógico do Século XX (cinema, televisão, rádio, livro, cassete áudio e vídeo, disco de vinil ou CD, jornal e revista) para o formato digital: tudo isso que se dividia em diversos suportes tem, agora, uma única linguagem: o zero e o um.

Assim, partindo do pensamento de Jean Baudrillard, na sua obra *Simulacro e Simulação*, tentar-se-á compreender, ainda que de modo resumido, os efeitos dessa migração no que significa ou pode significar uma redefinição dos conceitos de «real», «virtual», «simulacro» numa resignificação do espaço e do contexto cultural hodierno.

“Modos críticos de fazer, compartilhar e consumir fotojornalismo: relações entre estética e política”, Flávia Garcia Guidotti

Flávia Garcia Guidotti é professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil e Pós-doutoranda no Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA), Portugal.



Em uma perspectiva genealógica, o século XX constitui-se em um momento estruturante de novas relações políticas/estéticas. Nesse sentido, este estudo objetiva problematizar as potencialidades do fotojornalismo como agente informativo, estético e político. Entendendo a fotografia e o fotojornalismo, em específico, como linguagens com fortes vinculações com a arte, é possível pensar na relação existente entre a estética e o potencial político a partir das ideias desenvolvidas por dois autores – Jacques Rancière e Georges Didi-Huberman. Para Rancière a base estética da política é feita de desentendimentos entre as diferentes linguagens e o mundo. Para o autor esses conflitos são importantes pois visam transformar o corpo social através de estratégias de resistência, já que a política estetizada é uma tecnologia eficaz de poder, que age através do que ele chama de partilha do sensível. Partilha, nesse caso, em dois sentidos diametralmente opostos: por um lado como o compartilhamento de um conjunto comum; e por outro, no sentido de separação ou distribuição em pedaços. A partilha do sensível, consiste, portanto, na forma da subjetividade política, tanto do que é compartilhado na vivência comum, quanto do que é repartido pelos processos de desigualdade e exclusão. O questionamento que norteia as reflexões de Rancière é se a arte teria ou não a obrigação de servir a algo ou alguém. O autor parte da constatação de que tanto arte como política são construídas a partir de ideais, de utopias. Para Rancière os atributos estéticos da arte tem o poder de “introduzir em uma comunidade sujeitos e objetos novos, tornar visível aquilo que não o era e tornar audíveis, como interlocutores, aqueles que eram percebidos somente como animais em algazarra” (2004: 38). A partilha do sensível colocaria, portanto, em evidência sujeitos antes invisibilizados, trazendo à tona suas vozes, seus corpos, seus gestos, mostrando os conflitos existentes entre esses sujeitos e o mundo. Para o autor, a arte, com seus atributos estéticos, tem o poder de deslocar esses sujeitos de onde estavam confinados, “do submundo de ruídos obscuros [e ao mesmo tempo os inserir] no mundo do sentido e da visibilidade, afirmando-se como sujeitos de razão e de discurso, capazes de contrapor razões e de construir suas ações como uma demonstração de que compartilham um mundo comum” (2004, p. 90-91). Os objetos artísticos, portanto, apresentariam com mais clareza as desigualdades e as divisões existentes nas sociedades, promovendo uma reconfiguração do mundo sensível, ou seja, mudando a forma como percebemos e agimos nesse mundo. Nesse sentido, o autor afirma: “hoje em dia, é no terreno estético que prossegue uma batalha ontem centrada nas promessas da emancipação e nas ilusões e desilusões da história” (2005: 11-12). Didi-Huberman, indo ao encontro das ideias de Rancière, salienta a necessidade de compreensão das “linguagens do povo, gestos, rostos, tudo isso que, por contraste, desenha zonas ou redes de sobrevivências no lugar mesmo onde se declaram sua extraterritorialidade, sua marginalização, sua resistência, sua vocação para a revolta.” (2011: 72). Esses autores, ainda vivos, trazem um legado teórico que, no decorrer do século XX, reconfigurou as relações entre estética e política, apontando para problematizações que perduram no século XXI, acerca da potência política de alguns modos de fazer, compartilhar e distribuir experiências sensíveis

D2 – QUESTIONAR A NAÇÃO / QUESTIONING THE NATION

“The "minoritized" non-sovereign national group: the 20th century legacies of Middle Eastern construction for the Kurds in Iran”, Sahar Bagheri

Sahar Bagheri, PhD student at Sorbonne Paris Nord University, CEPN Laboratory.



The great wars and revolutions of the age of extremes (Hobsbawm 1995), the 20th century, were transformative events; they destroyed lives and lands and established new norms, institutions, and ideas. These events profoundly changed human society, and new orders appeared worldwide mainly through two forces: the nation-state and capitalism. The nation-state structure constructs a new majority-minority dichotomy, in which the majority is the state-forming and state-possessing group, and the minority is the group of quasi-alien peoples in the state but not of the state (Claude, JR 1955 p. 86). Among the minoritized groups, the Kurds remained the largest stateless nation in the world following the Middle East's construction at the beginning of the 20th century. The construction of the Middle East in the aftermath of the First World War brought about a singular trajectory for the Kurds. In Iran specifically, they have been transformed from semi-autonomous confederations (Bruinessen 1992; McDowall 2010) under Ottoman and Qajar governments to a “minority” within the new modern state in Iran, deprived of the power to establish laws and independent administrative regulations at the cultural, social, and political levels by themselves. While the Kurds conducted a national liberation struggle since the middle of 20th century to obtain autonomy and sovereignty, and despite the coincidence of this struggle with political opportunities in the aftermath of WWII and the Iranian Revolution of 1979, their struggle was unsuccessful in receiving international legal support and changing the political status of the Kurds. The division of Kurdistan, among six countries, most located within the heart of the Middle East, between Iran, Iraq, Turkey, and Syria, and a tiny part in Azerbaijan and Armenia makes it a ‘cross-border’ issue (Baser 2019) that has so far had explicit repercussions on dealing with the Kurdish liberation struggle at the national and international levels. In this article, from the perspective of national minorities, we demonstrate how the legacy of the 20th century, particularly the creation of the nation-state world order and the legal and political instruments to maintain this order, provide an internationally critical element in explaining the current political status of the Kurds in Iran as a non-sovereign national group.

“From geopolitics and regional identity to geopoetics and self-identification – trajectory of conceptualization of Central Europe”, Aleksandra Tobiasz

Aleksandra Tobiasz (PhD) graduated from history and Latin American studies at the University of Lodz, Poland (double Master). Her Master thesis in history was awarded in the nationwide competitions twice. At the European University Institute in the Department of History and Civilisation in Florence she conducted a multidisciplinary doctoral research on Central European literature analysed from anthropological perspective. So far she has published articles about Václav Havel, Egon Bondy, Ivan Diviš, Central European philosophy of history and literature.



In the presentation I will try to rethink the discourse on Central Europe following a trajectory from the twentieth-century geopolitics and region-building projects founded on identity politics to the contemporary geopoetics and literary self-identifications shaped in relation to place and time. Different historical circumstances opening and closing “the short twentieth century” yielded various experiences and understandings of Central Europe. The attempt to define the region in positive terms, underpinned with geopolitics, was made by politicians (Friedrich Naumann’s *Mitteleuropa*), historians (Oskar Halecki, Piotr Stefan Wandycz, Jenő Szűcs), dissidents (Václav Havel or György Konrád) and other intellectuals whose historical representations had as a background visions of the region’s future: national sovereignty and debate emancipated from the all-embracing Sovietology. In this regard many intellectuals sought a Central European *differentia specifica*, *Sonderweg* underlining distinctiveness of historical, economic and political processes shaping the regional identity. German *Mitteleuropa* and the renaissance of the idea of Central Europe in the end of the Cold War are the two moments within the concept’s geopolitical legacy. Instead of discerning borders and defining Central Europe in terms historical evolution, the Western culture, processes of *longue durée*, semi-periphery, I am more interested in negative categories and particular articulations of being a Central European shaped in time of historical discontinuities and crises. Consequently, I try to follow Simona Škrabec’s literary (particularizing) approach to Central Europe which avoids essentializing and generalizing ways of defining this region present in historical (unifying) perspective. In place of the chronological time and singular identity, my presentation will accentuate divergent individual perceptions of time understood as the fourth dimension of space (Central Europe), subjected to different literary/diaristic reconfigurations. Interested in the second pole of the conceptual trajectory in the discourse on Central Europe, I will focus on several contemporary writers’ self-identifications viewed as a dynamic and reciprocal interaction between experiences of certain geographical spaces and their artistic representations.

In the writers’ autobiographical sites I will trace some shared articulations of certain elements of Central European myth (problematic identity, marginality, spatial in-betweenness and feeling of transience, movability of borders, idealized Habsburg Monarchy, the principle of “the greatest variety within the smallest space”). Furthermore, I will present several instances of reconfiguration of this myth by paying attention to the role of somatic experience establishing one’s bond with a certain place and shaping sensual topographies of Central Europe. Methodologically I will refer to interdisciplinary sensory studies. Olfactory Central Europe (smell-scape) was accentuated by Andrzej Stasiuk and Yurii Andrukhovych. Taste delineates Robert Makłowicz’s culinary topography of Central Europe. Some sensuous topographies reconfigure the imagined spatial coordinates of Central Europe replacing the dichotomy of the desired Western culture and rejected Eastern politics with the Southern and Northern vectors. Has Central Europe present in contemporary twenty-first century literary representations replaced the twentieth-century Cold-War West-East geopolitical in-betweenness with the geopoetical meridian points of reference?

E1 – QUESTÕES DE NARRATIVA I / QUESTIONS OF NARRATIVE I

“A Extinção das Utopias no Século XX”, Francisco Louçã

Francisco Louçã é Economista, Professor Catedrático do ISEG.



O século XIX foi talvez o período de maior intensidade de produção utópica, desde a reemergência do género no século XVI. Em contrapartida, o século XX foi marcado pela exaustão dessa energia, seja no contexto das dificuldades que se impuseram após a vitória da revolução de 1917 ("Nós", de Zamiatine, é de 1922), seja pelo rápido ascenso do fascismo em Itália, Portugal, Alemanha e Espanha, até à eclosão da Guerra Mundial. "O Admirável Mundo Novo" foi publicado em 1932, sugerindo uma condenação civilizacional pela conjugação do poder da tecnologia, do fascismo e do estalinismo; e outras antecipações adivinharam essa meia-noite no século ("O Tão de Ferro", Jack London, ou a Guernica, de Picasso).

Na sequência da Guerra, a distopia passou mesmo a ser a forma predominante de enunciado da mutação social, exprimindo-se em diversos meios, explicitamente como uma tragédia ("1984" de Orwell), como também depois na ficção científica (Herbert, Ursula Le Guin, Bradbury, Atwood), na banda desenhada ("V de Vendetta"), no cinema ("Fahrenheit 451", "Alphaville", mais recentemente "Blade Runner" e "Matrix").

O presente estudo discute a forma dessa deslocação narrativa e sugere algumas interpretações para esse processo.

“O Século XX a partir do conceito Dark: preservação e renovação de memórias e património”, Karen Galletto

Karen Cristina Galletto é mestre em Património Cultural (Universidade do Minho).



Se, por um lado, as conquistas científicas do século XX delinearam um novo “século de luzes”, seu contraponto foi marcado por duas Grandes Guerras que afligiram, não somente o continente europeu, mas todo o globo. Ressurgindo como uma espécie de fénix das cinzas, do pó, da dor, da fome, entre outros percalços, com o passar dos anos, a Europa passou por várias reestruturações, de facto um doloroso período de redenção. Sob as mazelas das destruições causadas pelas guerras o século XX ficou marcado por mudanças em suas políticas culturais, as quais ocasionaram o surgimento de novas terminologias e conceitos aos patrimónios já existentes, como forma de acrescentar e trazer maior visibilidade aos mesmos.

Ainda no século XX ocorreram diversas inovações, como, por exemplo, o surgimento de viagens com intuítos estritamente culturais e de aquisição de conhecimentos, como visitas a patrimónios inusitados, cruzeiros em rios pouco conhecidos e a procura de praias exóticas, ou seja, experiências enriquecedoras ao alcance do indivíduo comum. O turismo cresceu em todo o mundo, sendo perceptível o seu efeito multiplicador, promovendo o desenvolvimento em diversas áreas e, com isso, cada vez mais os indivíduos criaram a necessidade de obter novas experiências.

Os professores britânicos John Lennon e Malcolm Foley foram os pioneiros em analisar sociologicamente fenómenos relacionados ao turismo mórbido, contribuindo, ainda nos anos de 1990, com artigos acerca do *Dark Heritage* e do *Dark Tourism*, sendo este último um

conceito de origem inglesa e utilizado pela primeira vez pelos autor citados em um trabalho publicado em 1996, no periódico *International Journal of Science of Heritage Studies*.

Em 1979, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) classificaram como Património da Humanidade o Campo de Concentração de *Auschwitz-Birkenau*, localizado ao sul da Polónia, onde milhões de judeus perderam suas vidas no holocausto praticados pelos nazistas durante Segunda Guerra Mundial.

A partir desta época, os lugares associados ao sofrimento, também rotulados de “sombrios”, passaram a despertar maior interesse, somando-se às perceções de que a memória, mesmo que dolorida, deveria ser preservada, com o objetivo de evitar a repetição de trágicos eventos desse género. Lennon e Foley retratam tais temáticas destinadas ao património doloroso, sombrio e assombrado, inserindo-as no campo do *Dark Heritage* e, as visitas a esses lugares, no espectro do *Dark Tourism*. O desenvolvimento do turismo, especialmente do *Dark Tourism*, a partir dos conceitos descritos serão os objetos desta comunicação, assim como a proposta de pensarmos o século XX como um período que evidenciou grandes antagonismos entre a civilização e a barbárie.

“Fear, melancholy and forms of political economy in the short twentieth century: Hobsbawm, Traverso and Piketty”, João Rodrigues

João Rodrigues, FEUC, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.



The end of the “short twentieth century” (1914-1991) was seen by Eric Hobsbawm, the main popularizer of this historical frame, as the moment where the bourgeoisie ceased to be fearful, due to the collapse of the main systemic alternative to capitalism. The fear of revolution is indeed a central sentiment mobilized in Hobsbawm’s later work to explain the pragmatic social reform of capitalism and eventually its durability. This is in line with the way he explained in earlier works certain moments of conservative pragmatism, arising out of fear of the revolution, in the “long nineteenth century”.

Reform was reluctantly accepted by the dominant classes in central countries during the twentieth century, particularly after the defeat of fascism in the Second World War. The crisis of communism from the eighties onwards was also the crisis of social democracy and of Third-Worldism.

More recently, Enzo Traverso, explicitly in Hobsbawm’s vein, diagnosed “a leftwing melancholia”, accounting for the shadow left by the ruins of lost revolutions that no longer project a future of emancipation, but of defeat and vanishing memories. Traverso is thinking about the socialist revolutionary tradition, but melancholia, as it will be argued, also pervades more recent historical accounts of the short twentieth century, as conveyed by authors of the social democratic tradition. Thomas Piketty’s increasingly influential work in political economy is a case in point, implicitly recognizing the validity of Hobsbawm’s hypothesis when explaining the patterns of inequality, particularly in his monumental *Capital and Ideology*.

The recent histories of the triumph of the neoliberal order and of the political feebleness of its historical alternatives, in the frame of the so-called “New Deal order” or “embedded liberalism”, indeed provide ample material to probe the relationship between forms of political economy and certain sentiments, from fear to melancholy. This is a central goal of this communication. Contrary to certain accounts – for example, Corey Robin’s *Fear – A political history* –, it will be argued that both fear and melancholy can be intellectually and politically fertile for progressive accounts of the century. In a period of “polycrisis” and “morbid symptoms” they can be helpful in excavating the promises of certain political economies of the short twentieth century, while recognizing the present as history in the reformist and/or revolutionary making and unmaking.

E2 – IDEOLOGIA, CIÊNCIA E AUTORITARISMO / IDEOLOGY, SCIENCE AND AUTOCRACY

“Circularidades luso-brasileiras: corporativismo entre Brasil e Portugal”, Gabriela Pacheco

Gabriela Pacheco é doutoranda em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares - CEIS20 da Universidade de Coimbra. Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Investigadora associada e secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória.



O corporativismo pode ser compreendido, em um sentido amplo, como um sistema de representação de interesses cujas instituições se organizam em um número limitado de categorias funcionalmente distintas e hierarquizadas, compulsórias e não concorrenciais, as quais o Estado concede monopólio da representação em troca de colaboração no exercício do controle social. Durante a primeira metade do século XX, caracterizou-se como um dos mais influentes modelos de representação política e social, sendo utilizado por movimentos e regimes autoritários e, assim, imprimindo uma marca expressiva no período enquanto instrumento de reordenação autoritário das relações sociais. Foi, portanto, um fenômeno mundial, que assumiu diversas variantes nacionais e interpretações políticas. As ideias corporativistas constituídas nesse contexto foram permeadas por uma variedade de conexões entre atores políticos autoritários, o que possibilitou fortes processos de transferências institucionais pelo mundo. À vista disso, essa investigação busca compreender as interconexões e os diálogos estabelecidos entre Brasil e Portugal acerca do corporativismo, notadamente em relação aos movimentos Ação Integralista Brasileira (AIB), Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), Integralismo Lusitano (IL) e Nacional-Sindicalismo (N/S). Tenciona-se, a partir da história intelectual e de uma perspectiva transnacional e comparada, identificar e analisar a circulação de ideias e práticas corporativistas entre eles, principalmente por meio da imprensa, da produção teórica, dos documentos oficiais e das correspondências. Entende-se que investigar o corporativismo, assim como observar as conexões estabelecidas entre a intelectualidade brasileira e portuguesa a fim de realizar diálogos e trocas transnacionais acerca da temática, faz-se relevante. Isso porque, além de ele ter sido um importante dispositivo ideológico e institucional durante as primeiras décadas do século XX, há um número limitado de estudos que se dedicam à análise das relações entre a AIB, AIPB, IL e N/S, principalmente a respeito da circulação de ideias corporativistas.

“‘Criar cidadãos perfeitos para uma República máscula, forte e virtuosa’: o Primeiro Congresso Nacional Feminista e de Educação (1924) e a modernização da desigualdade”, Jaqueline Moraes de Almeida, Daniel Florence Giesbrecht

Jaqueline Moraes de Almeida, FLUC, CEIS20.

Daniel Florence Giesbrecht, FLUC, CEIS20.



Organizado pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), o Primeiro Congresso Feminista e de Educação ocorreu entre os dias 4 e 9 de Maio de 1924, em Lisboa. Na ocasião, foram apresentadas e discutidas 25 teses que versaram sobre temáticas relacionadas aos direitos políticos e cívicos, à educação, à assistência social, à higiene e saúde da mulher. O evento foi amplamente divulgado na imprensa nacional, legitimado pela presença de autoridades políticas portuguesas, como a do então Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, e de feministas estrangeiras, como Mme. Avril de Saint-Croix, Paulina Luisi e Carmen de Burgos. Além dos recortes da imprensa periódica, outros documentos sistematizaram o evento em questão, tais como o número especial de *Alma Feminina* (Maio-Agosto de 1924) e o Relatório escrito pelo advogado Arnaldo Brazão (1925).

Aproveitando a transdisciplinaridade do Congresso, reverberada nos documentos citados, o presente trabalho, escrito a quatro mãos, pretende analisar e discutir as possíveis influências da “eugénica” e da “eugenética” – conceitos frequentemente evocados pela médica Adelaide Cabete (1867-1935) – num projeto defendido por determinado feminismo institucionalizado, representado pelo CNMP. Para tanto, iremos situar historicamente o Primeiro Congresso Feminista e de Educação, tendo em conta a composição do conselho científico, as pessoas convidadas, as teses aprovadas e rejeitadas. Depois, identificaremos os elementos que formaram a perspectiva de feminismo defendida pelos participantes do evento e, conseqüentemente, observaremos quais outras possibilidades de emancipação feminina foram descartadas pelos mesmos. Finalmente, e principalmente a partir da leitura crítica das teses de autoria de Adelaide Cabete, Arnaldo Brazão, Julieta Ribeiro e António Carvalho Brandão – todas conectadas pelo fio comum da temática da higiene e da saúde –, examinaremos as relações de dependência entre a proposta feminista vulgarizada pelo CNMP e um projeto, de tendência nacionalista, focado no “aprimoramento da raça” portuguesa.

Sem querer reduzir as expressões feministas do início do século XX a uma definição engessada – mesmo porque os conflitos no interior do CNMP apontam para uma variedade de posturas em relação à emancipação do sexo feminino –, pretendemos chamar a atenção, tal qual Susan Besse bem delinhou ao estudar o caso brasileiro, para uma espécie de “modernização da desigualdade”. Para ela, o casamento, a sexualidade, a maternidade e a educação feminina – temáticas recorrentemente presentes nas discussões feministas do final dos oitocentos e das primeiras décadas do século XX – adquiriram enorme importância, uma vez que a reprodução foi encarada como “forma de superar os supostos ‘atraso’ e ‘degeneração’ do país”. Assim, nossa hipótese é a de que o feminismo institucional representado pelo CNMP, ao reivindicar dignidade e igualdade de oportunidade às mulheres, encontrou lugar no engenhoso projeto de “reforma” social fundamentada em preceitos eugênicos, sustentados, principalmente, através do discurso médico-antropológico. Neste, “a mulher” foi convocada a (re)assumir um papel central (embora conservador): o de esposa e mãe, educada para administrar o lar e criar “cidadãos perfeitos para uma República máscula, forte e virtuosa” – palavras de Julieta Ribeiro, autora da tese “A mulher naturalista”.

F1 – QUESTÕES DE NARRATIVA II / QUESTIONS OF NARRATIVE II

“Three Categories of Progress, Three Histories of the Twentieth Century”, Tyson Retz

Tyson Retz, Associate Professor of History, University of Stavanger, Norway.



Belief in the idea of progress emerged in the eighteenth century, reached its high point in the nineteenth century, and experienced mixed fortunes in the twentieth century. On the one hand, the twentieth century was the material manifestation of the philosophical idea. Periodisations such as the postwar ‘trente glorieuses’ and ‘special century’ from 1870 to 1970 resonate today because they mark out passages of time the tremendous achievements of which we should not expect to see repeated. On the other hand, the twentieth century wasted no time in demonstrating the ability of human beings to put their achievements to harmful ends. At every turn, scientific optimists ran up against pessimists proclaiming the degeneracy of what was in fact considered widely as progress.

Rather than consider the case for and against the idea of progress in the twentieth century, this presentation elaborates three categories that each illuminate different aspects of its conceptual structure. But there is a history to recount too. The century began, I will claim, still committed to what I call ‘absolute progress’, the idea that progress in different fields of human endeavour amount to overall human progress. Alongside this Enlightenment inheritance, the early twentieth century also saw untold ‘relative progress’ or the attempt by certain groups to balance the weighing scale of history in their favour. Finally, when that version of progress became viewed as reliant on an unacceptable philosophy of history, what I call ‘everybody’s progress’ flung progress in the marketplace for every individual to seize.

Throughout my presentation, I will attempt to demonstrate that belief in progress is belief in a philosophy of history, a philosophy of history that in the twentieth century was continually revised and reconstructed. With an eye on the present, I will lastly introduce a fourth and final category, ‘anti-progress’, a present-day ethos built on the experience of the twentieth century, its unfulfilled promises and misconception of the links between the past, present and future.

“Progress and Moderation in the Twentieth Century”, Jacob Tom

Jacob Tom, PhD Candidate, University of Stavanger, Norway.



A marked feature of the twentieth century was a rising consciousness of the consequences of a developing modernity, which called attention to the repercussions of technological development, the glorification of growth, and the ineffectiveness of western democratic systems. For some, the solution was a critique of a modernity built on the idea of infinite development that had left marginalized contexts neglected, and a nostalgia for past realities that were ‘untouched’ by modern depravity. For others looking toward the future, continued growth in knowledge, wealth, and national power remained the only remedy for the issues arising from the development itself. Yet between this dichotomy is the possibility of a bestriding stance of *moderation* that addresses

the temporal dependency of progress with a balanced care for the past, present, and future. In that vein, Franco Cassano had claimed that an attitude of moderation could be used to reclaim

Mediterranean culture from an unreasonable judgement of it as “backward” and “a not-yet North.” Ultimately, the Italian sees the contradiction, the acceptance, and the equidistance that define moderation as resources to establish a balanced temporality that ‘revolts’ against a modernity which values acceleration above all and ‘resolves’ a mastery over the future simultaneously. It is my intent to demonstrate that twentieth-century thought included not only a binary response to a new conception of progress—choosing to condemn or promote further development—but also a response of moderation. In doing so, the issue of progress becomes a spectrum of considerations and responses, allowing once peripheral contexts to be represented. Further, I intend to demonstrate how the atemporality of moderation might illuminate the contemporary mood of crisis recently termed as ‘anti-progress’.

“Putting the Twentieth Century in Perspective: Giovanni Arrighi’s Conceptual ‘Geometries’ as Montage”, Merih Angın

Merih Angın is an Assistant Professor at the College of Administrative Sciences and Economics of Koç University, where she lectures at the International Relations Department and Computational Social Sciences graduate program. Previously, she was a Postdoctoral Fellow at the Weatherhead Center for International Affairs of Harvard University, a postdoctoral research fellow at the Blavatnik School of Government of the University of Oxford, and a visiting scholar at the Mortara Center for International Studies of the Edmund A. Walsh School of Foreign Service at Georgetown University. She holds a Ph.D. degree from the Geneva Graduate Institute (IHEID), an M.Sc. degree in International Relations from METU, and a Bachelor’s degree in Economics from Bilkent University. Her research interests lie in the areas of international political economy, international development, international organizations, computational social science including agent-based modeling, machine learning, and artificial intelligence (AI) governance.



It is ironic that the list of names mentioned in the Call for the Symposium, “Thinking the Twentieth-Century. Perspectives from the Twenty-First Century” leaves out Giovanni Arrighi (1937-2009), the author of *The Long Twentieth Century* (1994) and *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century* (2007); probably the only turn-of-the-century scholar who explicitly attempted to put the whole twentieth century in historical and spatial perspective, without being geographically partial, and by adopting two points of view alternately, one from within the past and the other from the future. (Eric Hobsbawm comes as second, because his *The Age of Extremes* (1994) is actually the history of the “short 20th century” (1914-1991) and overlooks the phenomenal Rise of Asia). Arrighi thus deserves to be covered in such an event. Although Arrighi had a preference for grand theories, holistic approaches, and metanarratives, and remained a dedicated re-reader and interpreter of such classics like Adam Smith, Karl Polanyi, Joseph Schumpeter, he was not incognizant of the advantages of fragmentary styles of writing as found in Antonio Gramsci and Walter Benjamin that rely on antinomies and aphorismic expressions that sharpen conceptual contrasts. He combined the two and supplied them with a further ‘spatial’ dimension. Well aware of how concepts change their meaning in new contexts and scales, Arrighi, for example, adopted ‘political exchange’ from Schumpeter and ‘double movement’ from Schumpeter, only to give them a new meaning and application as pillars of his theoretical construct. The term ‘geometry’ appeared in the title of his earlier book *Geometry of Imperialism* (1978). He had a ‘spatial’ conception of how historical processes expressed themselves in geography as well as how their conceptualization worked in orderings. This paper demonstrates that his fundamental reasoning stratagem continued albeit in disguised form throughout his later works and makes him unique also among his world-systems kinfolks. If image in general and the cinematic image in particular is the typical visual mode of the twentieth century (Casetti, 2005; Didi-Huberman, 2007), we then argue that Arrighi’s is the social-sciences and

humanities methodological equivalent of cinematic montage as found in its more rigorous theoretical expression such as in Sergei Eisenstein and his idea of 'intellectual' montage. Accordingly, every shot has a certain meaning, but their combination in a montage sequence brings about an entirely different meaning that is not traceable to any or simple sum of the components (Aumont, 1979). Out of such juxtaposition of shots a simulacrum of movement can emerge that is not continuous in time but fragmented among different spaces with their truncated temporalities, i.e., the movement-image as distinct from the time-image (Deleuze, 1983 and 1985).

After an interdisciplinary methodological discussion to this effect, we will take up the following three issues in order: (1) What the continuities and changes between Arrighi's two books are, and how they contribute to his original scheme of analysis, (2) How much of the differences between the two books are attributable to changes in (a) academic trends within the social sciences and humanities, and (b) international political economic environment (1973-2007), and (3) From Arrighi's scheme of analysis, how the twentieth century can best be understood (a) from the viewpoint of the unfolding twenty-first century, (b) by way of historical comparison and contrast with another century, be that the nineteenth or otherwise.

“Suspension de l’histoire et mondialisation, quand le passé n’est pas passé”, Carlo de Nuzzo

Carlo de Nuzzo, Sciences Po Paris.



Cet article veut questionner notre époque, qui semble avoir une caractéristique spécifique: l'effondrement du temps. Nous vivons à une époque où le “passé n'est pas passé”. Nous pensons connaître Marilyn Monroe, qui ne nous est pas contemporaine, à travers ses films et ses vidéos d'archives, de la même manière que nous pensons connaître Marion Cotillard.

La contraction du temps dans lequel nous vivons sert aussi à déterminer notre contingence actuelle. Par exemple, certaines icônes du design sont d'une époque lointaine, comme le *fauteuil Barcelona*, que nous considérons comme contemporain, mais qui a un siècle, ou la *lampe à arc Castiglioni*, qui a soixante ans, mais ne le montre pas, et que nous utilisons en le considérant comme contemporain.

Ce ne sont que deux exemples pour questionner notre relation avec les époques passées. Les icônes qui restent «contemporaines» sont celles liées à une utopie, comme l'idée d'une modernité triomphante à la fin des années 1920. Dans la première partie du 20e siècle, certains archétypes se sont formés et ont délimité notre idée de la modernité. Ils ont été mêlés à des paramètres techniques, comme la reproductibilité infinie des images, et à des paramètres psychologiques et sociaux. Mais dans quelle utopie vivons-nous aujourd'hui?

Nous appartenons à un monde dans lequel certains paramètres esthétiques se sont stabilisés, c'est comme si l'histoire n'évoluait plus. Horkheimer, en tant que marxiste, soutenait que l'histoire s'arrêterait avec la fin de la lutte des classes. Mao disait qu'une dialectique subsisterait toujours: celle entre les nouvelles et les anciennes générations. Avant la société de classe et de masse, le débat entre le nouveau et l'ancien reste stable car il a une valeur propulsive et autocritique.

Quels sont les paramètres du présent mondialisé? La mondialisation coïnciderait avec la fin de l'Histoire, c'est-à-dire que la logique du devenir historique, comprise comme un conflit de principe

entre une valeur et une autre, aurait disparu. Fukuyama affirme qu'avec la mondialisation, c'est-à-dire la disparition de la division du monde en deux blocs idéologiques, les limites au développement du marché mondial ont disparu. L'individu idéologisé a été remplacé par un individu fonctionnant sur la base d'une rationalité de marché, qui s'imposera de plus en plus dans toutes les cultures. Par conséquent, le monde globalisé sera un monde sans Histoire.

Huntington s'oppose à Fukuyama en soutenant la thèse inverse: il est possible d'être un théoricien de la mondialisation en étant un théoricien du conflit, puisque la mondialisation coïncide avec une dimension conflictuelle de l'histoire.

Nous avons donc deux cadres de diagnostic du présent mondialisé qui s'opposent l'un à l'autre: l'idée de la mondialisation comme homogénéisation du monde, sous le marché unique, comme fin de l'histoire et des conflits; et l'idée de la mondialisation comme prolifération des conflits, mais des conflits culturels et civilisationnels.

F2 – FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE / FEMINISM AND INTERSECTIONALITY

“Nationalism and Feminism: The Cases of Decolonized South Asia”, Rehnuma Sazzad

Rehnuma Sazzad, Institute of Commonwealth Studies, University of London.



The gender dimension of one of the most significant narratives of the twentieth-century called, ‘nationalism,’ has mostly remained non-intervened due to the fact that the construction of the nationalist identity in the decolonized world has generally involved the subordination of women. My paper queries why the ethno-nationalist movements in South Asia, particularly in the Indian sub-continent, construct the image of woman as the reservoir of tradition. I will ask why women’s participation in the armed struggle for national self-determination along with men, for example in the Sri Lankan civil war, does not change the traditional values regarding them in a significant way. In other words, the conflict of cultural identities that lead to the armed struggle seems to reinforce patriarchal ideologies in decolonized South Asia.

While majority-minority nationalisms were sustained by the decolonized polities like Pakistan, the challenge facing Muslim women regarding their rights and freedom was exacerbated by the political use of religion. By following Françoise Vergès’ *A Decolonial Feminism* (2021), then, I will question if owing to embedded social structures—whether religious or secular—the women have to confront who represents them and how the prevalent cultural norms are decided. This will allow me to discover if their self-assertion can lead to an evolved culture with egalitarian values. For this, I will analyse the rethinking of historico-political context offered by some of the dissidents of East Pakistan (1947-1971; Bangladesh from 1971). Finally, I will look into the intersectionality of class and gender to clarify the broader democratic vision and practice based on the Indian example of the formation of an all-inclusive identity for determining whether this creates the expansion of space required for women to acquire greater freedom. For this, I will depend on the Gandhi-Nehru tradition regarding gender justice to decipher its contemporary value. Thus, I will examine the twentieth-century struggle between the narratives of nationalism and feminism to diversify and complexify the current knowledge about the matters.

“Une approche genrée de l'écriture de l'histoire du Levant : femmes et citoyenneté postcoloniale au Liban et en Syrie au 20e siècle”, Angela Kahil

Angela Kahil, INALCO (CERMOM) – Paris and Holy Spirit University of Kaslik (USEK) – Lebanon
I am a researcher in History and Societies of the Middle East, defending my thesis at INALCO on January 5th, 2023. I was a Fulbright grantee in 2016 at UT Austin and I participated to several conferences, such as MESA in 2018, with Elisabeth Thompson and Nova Robinson. I was also a visiting professor at Erfurt (Germany) with the MESH program in 2015 and taught at the American University of Beirut (AUB) for 2 years between 2017 and 2019.



Nous proposons de penser le XX^{ème} siècle sous l'angle de l'approche des études sur le genre, en intégrant une réflexion sur la place des femmes dans l'histoire et dans l'écriture de l'histoire.

La question du genre dans les sociétés levantines offre une perspective de recherche intéressante sur l'émancipation des femmes dans le contexte dé-colonial et postcolonial. Sous le mandat français, les femmes libanaises et syriennes ont remis en question leur statut de subalternes et se sont organisées au sein d'organisations nationales et régionales afin de réclamer le statut de citoyennes à part entière ainsi que l'indépendance du Liban. La diversité des mouvements féminins, allant de mouvements islamistes aux mouvements nationalistes en passant par des mouvements féministes, permet de poser la question de leur structure, organisation et activisme entre les années 1930 et 1943 et surtout l'impact de leurs actions dans le processus dé-colonial. Ainsi nous considérons par exemple que l'indépendance du Liban n'est pas seulement une quête masculine mais bien une quête féminine, qui ne s'inscrit pas uniquement sur le plan politique, mais également sur le plan social. Ces mouvements sont en effet engagés dans l'amélioration des conditions de vie, des femmes et des enfants, œuvrant plus que les hommes à construire un Etat-Providence.

Notre sujet est d'abord une analyse de la place des femmes dans la recherche académique en histoire contemporaine et notamment du Proche-Orient. Il s'agit de nous concentrer sur les figures féminines qui ont marqué cette histoire, à l'instar d'Ibtihaj Qaddoura, May Ziadé, Rose Shafah comme représentantes du mouvement féminin au Liban dans ces années, mais également, Angela Jurdak Khoury et Alice Kandaleft, premières femmes diplomates, respectivement au Liban et en Syrie et enfin, Abla el-Khoury, première femme journaliste à la *Syrian Broadcasting Station*, et activiste en faveur du droit de vote des femmes en Syrie

Dès lors, notre sujet s'intéresse à une autre perspective de lecture de l'histoire du Levant mais aussi de l'histoire de la France, en étudiant la place et les réactions de la France face aux revendications des femmes, considérées dans les systèmes coloniaux comme des sujets subalternes. Cette lecture genrée de l'histoire du Levant et de la France mandataire se veut compléter la littérature déjà existante, en éclairant celle-ci sur les modalités de la fabrique de l'histoire, notamment dans la région étudiée, selon une approche qui consiste à sortir les femmes de l'oubli, comme le préconisent Colette Cosnier ou encore Alain Touraine.

“Desenvolvendo uma teoria unitária: para compreender as distintas formas de opressão no capitalismo”, Gabriela Figueira

Gabriela Figueira, doutoranda em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra, com financiamento da FCT (UI/BD/154186/2022). Atualmente, investiga a reprodução social na escravidão brasileira e norte-americana do século XIX.



Na segunda metade do século XX, o pensamento marxista adotado para explicar a desigualdade das mulheres em relação aos homens na sociedade contemporânea foi dura e merecidamente rejeitado, já que esse defendia que as relações sociais relativas à classe se sobrepunham as relações sociais relativas ao gênero e, assim, a reorganização da primeira seria suficiente para a reorganização da segunda em direção à emancipação das mulheres.

Alegando que tal concepção assumia um contorno demasiado economicista e insuficiente para compreender a complexidade da realidade desigual no capitalismo, um divergente pensamento feminista começa a efervescer em 1970, dividido em distintas perspectivas e correntes teóricas, a fim de dar respostas mais satisfatórias ao problema em questão.

Dentre feministas marxistas e pós-modernas, salientaram-se as concepções que, via de regra, recorriam a uma fragmentação da realidade: a totalidade social resultava da soma de ao menos dois sistemas – o capitalista, ordenando relações de classe, e o patriarcal, ordenando relações de gênero –, que estabeleciam um relacionamento necessário de parceria em mútuo benefício.

Diante da viragem cultural e do esmorecimento do pensamento marxista ocorridos naquela década, ficou para o escanteio uma das publicações mais completas e complexas sobre tal opressão, embasada no método marxiano e na sua incontornável categoria da totalidade unitária. Trata-se da obra “*Marxism and the Opression of Women: Toward a Unitary Theory*” de Lise Vogel, publicada em 1983.

Recentemente traduzida para o português, tal lançamento confirma a retomada pulsante da teoria da reprodução social (TRS) e a adoção expressiva da perspectiva unitária pelas mais recentes marxistas feministas. Por este prisma, a constituição do mundo social no capitalismo é percebida como uma unidade desfragmentada e infragmentável, em que todas as suas partes são inseparáveis, salvo de modo analítico-abstrato. Noutras palavras, uma totalidade social em que nenhuma das suas partes seria, em si, outra coisa senão o seu todo: as partes só significam na totalidade do corpo social.

Com o pontapé inicial de Vogel, a teoria unitária capaz de explicar as diversas opressões no capitalismo está em contínuo desenvolvimento e vem sendo trabalhada por nomes já consolidados nas ciências sociais, tais como Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser, David McNally, Susan Ferguson e Cinzia Arruzza. O avanço teórico realiza suas análises, cada vez mais, pela chave da totalidade unitária e, assim, propõe compreender um todo diverso unificado pelo capitalismo, o que inclui na sua constituição o gênero tal como a classe.

Dessarte, nota-se que perceber se, porque e como a classe e o gênero constituem a realidade foi um gesto teórico de grande relevância no final do século XX num intuito de dar conta das novas formas de subjetividade política que suscitaram naquele momento. Por sua vez, a polêmica e a disputa acerca do tema fez reformular e retomar a força do pensamento marxista feminista na atualidade.

Assim sendo, esta comunicação propõe uma exposição sobre como se forjaram algumas das teorias cujo objeto é a opressão das mulheres no capitalismo, divididas entre as perspectivas fragmentada e desfragmentada. Enfoca na TRS e no prisma unitário, procurando demonstrar que, fiel ao método marxiano do materialismo dialético, é possível explicar tal problema sem valer-se do recurso da fragmentação.

Sessão Plenária 3 / Plenary Session 3

“Transporting Images: Defining the Cinematic Century”, Vanessa Schwartz

Vanessa Schwartz é especialista em cultura visual europeia e americana dos séculos XIX e XX, especialmente em fotografia, cinema e design. O seu livro mais recente, *Jet Age Aesthetic: The Glamour of Media in Motion*, foi publicado em 2020 (Yale University Press), com o apoio da College Art Association e da Furthermore Foundation. Co-editou, com Jason Hill, *Getting the Picture: The Visual Culture of the News* (2015). Foi também co-curadora de "Enfin le cinéma!", que abriu no Musée d'Orsay de Paris, em setembro de 2021, e de "City of Cinema: Paris 1850-1907", que abriu no LACMA em fevereiro de 2022. Tem publicado sobre Paris no final do século XIX e as origens da cultura visual de massa em livros como *Spectacular Realities: Early Mass Culture in fin-de-siècle Paris* (1998); *Cinema and the Invention of Modern Life* (1995) e *It's So French! Hollywood, Paris and the Making of Cosmopolitan Film Culture* (2007). É também autora de *Modern France: A Very Short Introduction* (2011).

Vanessa Schwartz specializes in 19th and 20th c. European and American visual culture, especially photography, film and design. Her new book *Jet Age Aesthetic: The Glamour of Media in Motion* is now available (Yale University Press) and was supported by a Millard Meiss award from the College Art Association and a Furthermore Foundation grant. With Jason Hill, she co-edited *Getting the Picture: The Visual Culture of the News* (2015). She is also a co-curator for "Enfin le cinéma!", which opened at the Musée d'Orsay in Paris, September 2021, and co-curator of the related show "City of Cinema: Paris 1850-1907" which opened at LACMA in February 2022. She has written extensively about Paris in the late 19th century and the origins of mass visual culture in her books *Spectacular Realities: Early Mass Culture in fin-de-siècle Paris* (1998), *Cinema and the Invention of Modern Life* (1995) and *It's So French! Hollywood, Paris and the Making of Cosmopolitan Film Culture* (2007). She is also the author of *Modern France: A Very Short Introduction* (2011).

G1 – PATRIMÓNIOS, MUSEOLOGIZAÇÃO / HERITAGE, MUSEUMS

“Um Gabinete de Curiosidade no Século XXI? Uma análise do Gabinete de Curiosidades da Universidade de Coimbra sob a ótica da museologia contemporânea”, Mariana Brum, Mariana Marques, Sofia Seidi

Mariana Brum, licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Trabalha com Museus e Património Cultural desde 2016 no Brasil e em Portugal, tendo integrado a equipa do Laboratório de Antropologia Biológica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (UFRJ) até 2018. Está inscrita no segundo ano do Mestrado em Património Cultural e Museologia da mesma Universidade.

Mariana Marques, licenciada em Antropologia, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, com menor em Estudos Clássicos. É, atualmente, mestranda do 2º ano do Mestrado em Património Cultural e Museologia, na mesma Universidade, onde desenvolve a sua investigação de dissertação em gestão de coleções etnográficas e processos de descolonização em Museus.

Sofia Seidi, licenciada em Pintura, pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, frequentou a Strzemiński Academy of Art in Łódź no âmbito do programa Erasmus+. Participou em diversas exposições tanto nacionais como internacionais e integra o Colectivo Zelu -no qual a identidade não europeia é valorizada no cenário artístico português. É atualmente mestranda em Património Cultural e Museologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, hoje, estagia no Buchheim Museum, em Munique, onde desenvolve funções curatoriais.



O historiador Eric Hobsbawn define o Século XX como a “Era dos Extremos” (HOBSBAWN, 1994), um período marcado por importantes acontecimentos que deixou profundas marcas sociais e políticas no mundo. Com consequência da primeira e segunda guerra mundiais, com a criação de novos organismos pela manutenção da paz e do aumento de discussões a respeito da valorização da liberdade dos povos e das culturas ao redor do mundo, estas marcas são ainda hoje sentidas, especialmente com o fim do domínio colonial, que sucedeu de forma não pacífica. Nesse sentido, propor-se-á uma análise crítica ao Gabinete de Curiosidades, inaugurado em 2022 no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, sob a ótica da museologia e a sua evolução entre os séculos XX e XXI.

Em funcionamento desde 18 de maio de 2022, Dia Internacional dos Museus, o Gabinete de Curiosidades é descrito em seu website oficial como uma sala onde é *“possível sentir todo um mundo contruído por objetos “estranhos” e invulgares e belos que pela sua beleza e caracter enigmático despertam a curiosidade”*, para tal, recorre a efeitos sonoros e jogos de luzes, e também à ausência de legendas, justificada pelo intuito de *“recrear a pré museologia de ciência onde a contemplação e a admiração eram levadas ao extremo”*.

Partindo do princípio de que o património, o passado e a memória configuram instrumentos de poder (MCDOWELL, 2008), (SMITH, 2006, 11), sobretudo considerando que o conteúdo do espaço em questão provém maioritariamente de coleções etnográficas adquiridas em contexto colonial, questionar-se-á a instalação do gabinete, bem como as ideologias que estão a ser reproduzidas através do mesmo. Nesse sentido, ambiciona-se compreender a que medida esta exposição descontextualiza os objetos expostos e não leva em conta muitas das discussões pós-coloniais que ganharam espaço a partir da segunda metade do século XX, ao recuar ao conceito prático dos gabinetes de curiosidades, desenvolvidos entre séculos XVI e XVII, para tentar reproduzir o dito *“sentimento de contemplação e admiração”* perante o desconhecido.

Esse sentimento em relação a peças originárias de ex-colónias, pode potencializar valores ligados a discursos imperialistas, nomeadamente relativos à subjugação de povos e da sua cultura material. Nesse sentido, Laurajane Smith (Smith, 2006), que relembra que os valores ocidentais processam a cultura através de lentes hegemônicas que universalizam tendencialmente certos valores que passam a ser interpretados como únicos e verdadeiros, caindo no perigo de desvalorização das transformações e alcances políticos e sociais do século XX. Nesse sentido, será o Gabinete de Curiosidades da Universidade de Coimbra um recuo no tempo necessário?

“The remains of industry – archaeological investigation and memorialization”,
Leonor Medeiros

Leonor Medeiros, CHAM e Departamento de História, NOVA FCSH.



As cities expand and transform, the remains of the historic past are increasingly removed and reconfigured, as a new ‘sense of place’ is implemented, and new members are introduced in the communities. Archaeology follows this process closely, as part of the legally required teams that intervene in the built cultural heritage management, aiming to identify, record and preserve the history of the people and the events that led to their creation, in connection with current urban development projects.

Nevertheless, the historic remains related to the industrial society are still disregarded and overlooked, especially when associated with the ‘too recent’ 20th century. As such, the growth of cities today is too often done not by incorporating these elements, but by an autophagic process that removes the presence, and the associated memory, of sites and artefacts of industries which became obsolete and were deactivated in the end of the late century. Not interpreted as part of the traditional and ‘elevated’ heritage paradigm, industrial sites (from factories to workshops, warehouses, industrial schools, workers housing, machines, or many other typologies), are quickly transformed or removed without detailed interpretative and documentation work. Therefore, archaeology has only been able to document and salvage a small portion of the sites, as they have become frequent targets in the development boom of the past decades.

In this presentation, we propose to discuss the inventory and documentation work that has been developed in this field by archaeologists, in a cooperation between NOVA FCSH (School of Social and Human Sciences, New University of Lisbon), APAI (Portuguese Association of Industrial Archaeology) and other private and public partners. This work has allowed to identify, map and document several forgotten or threatened sites, especially in the area of Lisbon, as well as recover objects, documents and memories that are key to the preservation of the imbued knowledge and history of these places. Not only an informative tool and resource for the identification and understanding of these sites, such work also reinforces and shapes the identity of a community as the urban landscape changes around it.

G2 – REVOLUÇÃO / REVOLUTION

“A Revolução de Outubro e a responsabilidade dos intelectuais: marcas e legados de um século”, Rui Bebiano

Rui Bebiano, historiador, é professor aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde desde 1981 regeu disciplinas e seminários no domínio da história cultura e política moderna e contemporânea, e também investigador sénior do Centro de Estudos Sociais. É desde 2011 diretor do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. A sua atual área de investigação é a história política e dos movimentos culturais desde a década de 1950 até à atualidade, em particular no que respeita ao papel dos intelectuais e das ideias, das representações da utopia, dos processos de exclusão e silenciamento, e ainda das relações entre história e memória. O seu livro mais recente, “Labirinto de Outubro. Cem Anos de Revolução e Dissidência”, é um ensaio sobre o impacto da Revolução Russa de 1917 na história do socialismo e do pensamento emancipatório ao longo dos últimos cem anos.



Começa por proceder-se a um rastreio dos vetores decisivos para o forte impacto internacional da Revolução Russa de Outubro de 1917, bem como das suas sucessivas ondas de choque, tanto na opinião pública quanto no pensamento e na mitografia política do século XX. Esse acontecimento é encarado como «catástrofe», não no sentido vulgar de flagelo, mas, seguindo a interpretação proposta por Henry Rousso, na condição de momento culminante, capaz de impor uma alteração inesperada e perturbadora da ordem natural do mundo e dos modos da sua compreensão. Relacionar-se-á de seguida a sequência e a combinação dos fatores inicialmente adiantados com a intervenção dos intelectuais enquanto intérpretes públicos do fluir da história e dos seus conflitos, de acordo com o modelo sociológico inaugurado por Émile Zola, que permaneceu particularmente influente ao longo de boa parte do século, acompanhando-se de seguida a crise e a possível dissolução da sua presença e atividade, refletida também nos processos de abordagem daqueles temas. Abordar-se-á, por fim, sob uma das perspetivas metodológicas que são próprias da história do tempo presente, o modo como esses fatores podem ser considerados na condição de elementos decisivos para proceder a uma arqueologia dinâmica e abrangente do mundo contemporâneo. Em cada um destes três momentos da comunicação, desenvolvida no seu processo de construção num quadro multidisciplinar que possui a história como eixo, ter-se-á sempre em linha de conta a necessidade de identificar marcas e legados – como aqueles associados de uma forma sempre contraditória aos conceitos de revolução, de emancipação, de democracia e de liberdade –, mais como continuidades que enquanto ruturas, colocando-se os últimos dois séculos num diálogo interpretativo, para o qual o conceito de «nostalgia positiva», proposto por Svetlana Boym, adquire uma particular importância.

“O general Vasco Gonçalves: que sujeito político?”, António Amaral

António Amaral é licenciado em História pela NOVA-FCSH, estando neste momento a concluir o mestrado em História Contemporânea pela mesma instituição. No âmbito da sua tese de mestrado tem-se dedicado ao estudo da Revolução portuguesa (1974-1975), mais precisamente quanto à figura e ao sujeito político do general Vasco Gonçalves na mesma. É também investigador integrado no Instituto HTC - História, Territórios e Comunidades - CFE NOVA FCSH.



Com o aproximar das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, uma das figuras mais proeminentes do processo revolucionário que lhe seguiu, o general Vasco Gonçalves, continua a ser caricaturalmente (des)figurada em termos políticos, ideológicos e historiográficos.

Emergindo nos anos da Revolução portuguesa com uma aura simbolicamente “messiânica” e com a espessura “ontológica” de um sujeito político irredutível, o estudo analítico desta figura encontra-se ainda capturado por uma espécie de moralismo sentimentalista, ora de contornos nostálgicos, ora de matizes revanchistas. Tal polarização – na qual as narrativas dominantes teimam em continuar enredadas – não só obscurece a perceção historiográfica do impacto político e do alcance social do primeiro-ministro do IIº, IIIº, IVº e Vº Governos Provisórios, como inibe uma abordagem epistemologicamente estruturada e, por conseguinte, imune tanto a proselitismos apressados como a maniqueísmos simplificadores.

Importa, pois, questionar em que condições e circunstâncias emerge a figura de Vasco Gonçalves para encabeçar o IIº Governo Provisório, tendo em conta o quadro dinâmico de um processo revolucionário em que as massas populares se iam ajustando indomitamente à condição de sujeitos políticos ativos e objetivos, num momento em que a luta de classes – arbitrada, numa primeira fase, pelo MFA e cada vez mais disseminada pelas massas assalariadas urbanas e rurais – tornava a praxis revolucionária cada vez menos abstrata nas suas pretensões. Quer dizer: terá sido a nomeação do general para as mais elevadas funções executivas um sintoma dessa conflituosidade social? Ou terá o seu nome sido lançado nos bastidores de um crispado processo revolucionário, apenas por intransigência da Comissão Coordenadora do MFA e, conexamente, por causa do larvar antagonismo do general Spínola, à data Presidente da República? Que reações se foram repercutindo nas classes dominantes – cada vez mais encurraladas numa atitude defensiva e órfãs de uma representação político-institucional – no ciclo temporal volvido desde a nomeação de Vasco Gonçalves para primeiro-ministro até à formação do VIº Governo Provisório? Que pensamento ideológico nutria a praxis política de Vasco Gonçalves enquanto primeiro-ministro e membro do MFA, e até que ponto a sua mundividência modelou os Governos Provisórios por si encabeçados no horizonte mais vasto de um “ethos” revolucionário? Que fatores ditaram, enfim, o seu afastamento da governação, num sub-reptício processo de “apagamento” político e social em cuja trama se viu inadvertidamente enredado?

Na linha do que condensou José Barata Moura em 2005, no ano da morte do general, ao referir que «Vasco Gonçalves foi um “homem *em* revolução” e um “homem *da* revolução”», urge, desta feita, perceber em que medida Vasco Gonçalves encarna um sujeito político cuja prática governativa não pode deixar de ser inserida num quadro evolutivo em constante mutação, o da Revolução portuguesa. Trata-se, em suma, de avaliar em sede historiográfica de que modo “processo” e “individualidade” interagem dialeticamente no imaginário das classes trabalhadoras de um povo que se apropriou conscientemente da sua liberdade, sob o signo de um “socialismo de tipo português” que teve na figura do general Vasco Gonçalves um dos seus mais impactantes protagonistas.

H1 – QUESTÕES DE HISTORIOGRAFIA / QUESTIONS OF HISTORIOGRAPHY

“Goosebumps on the Skin of Time: What Regime of Historicity Do We Live in Today?”, Aurimas Švedas

Aurimas Švedas is an associate professor at the Faculty of History, Vilnius University, and deputy director at the Lithuanian Institute of History. His research focuses on Lithuanian historiography, history theory, communicative and cultural memory, and oral history.

Švedas published a book about Soviet Lithuanian historiography (*In the Captivity of the Matrix: Soviet Lithuanian Historiography, 1944–1985*, Rodopi / Brill, 2014).

As part of his work on a long-running oral history research project (from 2007 to 2016), Švedas has written four books: about the Lithuanian historian Edvardas Gudavičius (2008), painter Petras Repšys (2013) and film director Almantas Grikevičius (2013). His most recent oral history book (devoted to theatre critic, Lithuanian-Jewish public intellectual and Holocaust survivor) is *Life Should be Transparent: Irena Veisaitė*.

Life Should be Transparent: Irena Veisaitė won the prize for Best Publicistic Journalistic and Documentary Book in Lithuania in 2018 (the book was translated into Polish, Russian, English and German).

His most recent book is *The Territory of the Historian* (2020, Lithuanian edition).



The presentation examines three fundamental books written at the crossroad of the twentieth and twenty-first centuries, which have provided insights into the radical and dramatic change in the way today’s human beings relate to the past, present and future. The latter change has had an impact on significant shifts in the self-understanding of Western societies, led to an increased focus on memory and the emergence of new memory wars, influenced the transformation of global historical culture, and provoked historiographical revolutions.

The first part of the presentation ‘Why presence wants to destroy the past and the future?’ deals with François Hartog’s book *Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time* (Hartog, 2002; 2013). The second part of the presentation ‘What does the past want from us?’ is concerned with Aleida Assmann’s text *Is Time Out of Joint? On the Rise and Fall of the Modern Time Regime* (2013). The third part of the presentation ‘Why are we so afraid of the future?’ will introduce Simon Zoltán Boldizsár’s *History in Times of Unprecedented Change: A Theory for the 21st Century* (2019).

The presentation will reflect and comment on the statements formulated in the above-mentioned books about the regimes of historicity and their change in the 21st century, asking the following questions: How do these changes affect our approach to what the past is? What are 21st-century human beings and societies looking for in history? What, or whom, how and why do they want to commemorate by creating various sites of memory? What do they leave behind in the territory of oblivion? How do we as historians cope with such dramatic changes to temporal structures?

“Understanding Historical Research as a Relationist Procedure”, Friedrich von Petersdorff

Friedrich von Petersdorff, Independent scholar.



It is a characteristic feature of historiography that any historical narrative will presumably be rewritten at some time in the future. One of the reasons that a current historiographical account could be rewritten (in either a near or distant future) is due to the fact that the meaning given to specific historical developments or events can change throughout time. Arthur Danto analysed in detail this significant aspect of any historian's research and writing by examining a certain type of narrative sentences historians use. These kind of sentences 'refer to at least two time-separated events though they only describe (are only about) the earliest event to which they refer' (Danto, 1962), e.g. it is only possible to speak of 1618 as the year the Thirty Years War started [= event A] by having the peace treaties of 1648 [= event B] in mind. Any event A is, therefore, analysed in view of some later event B, which of course was unknown to the contemporaries experiencing event A. – Furthermore, Marianne Hirsch developed the concept of post-memory. This being 'distinguished from memory by generational distance and from history by deep personal connection' (Hirsch, 1993). – Having both these significant features of historical research in mind, namely that previous historiographical results will presumably be reevaluated after some time, the question may be asked how best to understand and conceive the truthfulness of historiographical research. – Given these two peculiarities of historical research, it would by no means be surprising that historical research could be regarded as being a relativistic undertaking, more or less exposed to varying winds. – However, I would argue that it is possible to understand these changes within historiography (due to rewriting and post-memory) not by viewing them as instances of a relativistic manner – but rather of a relationist structure. – In my paper, therefore, I shall present the distinct differences between understandings of historiography as, on the one hand, producing results of a relative nature, as opposed to, on the other hand, producing results within a relationist structure. – Distinguishing these two perspectives will then enable me to address the topic of the symposium, namely by arguing that any unilateral interpretation of historical events and developments would fail, due to not addressing the interwovenness of historiographical research results within a relationist structure. Instead, I would argue that it is now, in the early years of the twenty-first century, required to review narratives of the twentieth century again, namely as being part of a relationist understanding of past events and developments. Hopefully, such a change of paradigm could deliver arguments against one-sided understandings of historical pasts, which otherwise could lead to destructions of democratic institutions or even result in war.

H2 – PARADIGMAS ESTÉTICOS / AESTHETIC PARADIGMS

“Uma história mal contada?”, Joana Cunha Leal

Joana Cunha Leal, Instituto de História da Arte, NOVA FCSH.



Nesta comunicação proponho-me pensar o século XX a partir de uma interrogação sobre o modernismo nas artes visuais. Concretamente, proponho-me pensar a rutura operada pelas primeiras vanguardas e o lugar político lhe é atribuído pela historiografia da arte. Faço notar, à partida, que embora o fenómeno do modernismo nas artes visuais não seja coincidente com as balizas cronológicas do século XX (nasce muito antes de 1900 e poderá ter morrido pouco depois dos meados do século), isso não impediu que a novidade do cubismo, do futurismo ou da abstração tivesse tido um papel determinante na afirmação da ideia de que o século operou uma rutura completa com o passado. Como uma das protagonistas desta rutura, a pintura contribui para o entendimento do século XX como primeiro e valioso palco de um reinício das conceções artísticas, ou seja como extraordinária morada do novo.

Assumindo que a dramatização do século é uma dimensão inseparável das formas narrativas que alimentam a historiografia, a minha análise parte da superação do cânone formalista por parte de historiadores que continuam a trabalhar a questão da representação e a sua relação com a visibilidade na sua abordagem do problema-modernismo.

T.J. Clark reclama a centralidade do modernismo para a compreensão do triunfo da modernidade no final século XX — o modernismo é a nossa Antiguidade —, entendendo-o como uma prática cultural que faz a crítica da modernidade através da investigação sobre os mecanismos e as possibilidades da representação. Estudar o modo como a pintura funciona no modernismo, e como modernismo, implica, em primeiro lugar, analisar as imagens como signos produzidos por uma realidade social contingente e histórica. Consequentemente, as imagens são tomadas como expressões de um ver-possível alimentado de crenças, questões filosóficas e políticas. São estruturas que têm inscrita, nos procedimentos que as constituem, a contingência do mundo que as produz. Em segundo lugar, há que considerar que o modernismo deu força própria à representação, i.e. deu-lhe substância e autoridade como coisa-em-si, e não como ilusão, ou como representação de outra coisa. Uma coisa-em-si cuja função está incorporada na sua capacidade de funcionar como sistema a partir da qual a significação se estrutura. Em qualquer dos casos, para Clark, o modernismo funciona sempre como crítica da representação (investiga-a). Só assim pode fazer a sua crítica da modernidade.

Sendo verdade que o modernismo funciona criticamente em relação à representação, nem sempre essa crítica se pode interpretar como uma crítica da modernidade (como bem demonstram os desenvolvimentos do modernismo na América Latina). O que me importa discutir no âmbito desta comunicação é, assim, o modo como o modernismo, correspondendo a uma prática cultural consolidada nas artes visuais como investigação crítica sobre os mecanismos e as possibilidades da representação, constitui uma base indispensável para analisar as múltiplas dimensões da rutura atribuída ao século XX — ao nível formal, perceptual-cultural (visualidade) e do lugar político do ver-possível que se instituirá como juízo crítico e historiográfico. Esta perspetiva permite resistir à crença essencialista da abstração como *telos* do modernismo e, por outro lado, enfrentar o vórtice das perspetivas “pós-modernas” que tomam por “realidade histórica” o ver-possível que diferentes versões historiográficas delas vão dando.

“O século da cópia — Ver o século XX pelo código do fotográfico”, Mariana Pinto dos Santos

Mariana Pinto dos Santos (PhD em História e Teoria, Univ. Barcelona) é historiadora de arte e curadora independente. É investigadora no Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. É professora convidada nesta mesma faculdade e na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A sua investigação e as suas publicações incidem sobre modernidade e modernismos, a circulação da vanguarda, historiografia e teoria da arte, e arte e política portuguesa do século XX. Foi co-IR do projecto de investigação *Iberian Modernisms and the Primitivist Imaginary* (2018-22) (PTDC / ART-HIS / 29837/2017) com financiamento europeu. É directora do Centro de Estudos e Documentação Almada Negreiros – Sarah Affonso (NOVA FCSH). É co-editora, com Joana Cunha Leal, do livro *The Primitivist Imaginary in Iberian and Transatlantic Modernisms* (Routledge / Taylor & Francis, 2023). É editora das Edições do Saguão desde 2017.



Em 1976 era fundada a revista *October* (MIT Press), por Rosalind Krauss e Annette Michelson, que saíam da *Artforum* para dirigir uma das mais marcantes publicações da história e crítica da arte dos anos seguintes. Nela, ensaiaram-se novas perspectivas sobre a arte do século XX, novas concepções de história e do objecto da história da arte, marcadas pela semiótica, pelo estruturalismo e pós-estruturalismo francês e também por, entre outros, Walter Benjamin.

Uma dessas novas perspectivas consistiu no entendimento da arte ocidental do século XX, por Rosalind Krauss, através do código do fotográfico, em vez do código do pictórico que sustentava até então o discurso da história da arte. A partir da releitura do surrealismo, que Krauss entendeu não poder ser feita senão segundo um paradigma da fotografia aniquilador da hipótese de análises formais de estilo, ou iconográficas de sentido, contestará a história da arte modernista cujo objecto se centrou na pintura e escultura.

No código do fotográfico a fotografia instala-se como instrumento teórico para entender a arte na era da reprodução técnica (identificando, por exemplo, que na modernidade a percepção se faz pelo efeito do choque, transversal a diferentes *media*), dissolvendo a ideia de uma especificidade do *medium*. A heterogeneidade que a autora atribuiu à fotografia impedia a especificidade e autonomia do *medium*, abrindo portas a uma prática artística «em-geral» (*art-in-general*), sem campos específicos delimitados assentes num determinado suporte.

A análise segundo o paradigma da cópia foi fundamental para a reformulação da historiografia da arte sobre o século XX e permitiu pensar o objecto de arte de formas muito diversas das do paradigma modernista contra o qual reagiu. Porém, também se instituiu como nova ordem, tornando-se um *a priori* interpretativo que produziu várias exclusões. Abordarei a análise da arte do século XX segundo o paradigma da cópia e o código do fotográfico enquanto sinal, ela própria, das transformações tecnológicas e teóricas que marcaram o século.

H3 – ANOS 60, ANOS 70, ANOS 80 / THE 1960s, 1970s, 1980s

“Pela paz que nos recusam, muito temos de lutar’: O papel da canção de protesto na construção política do século XX”, Ivan Lima

Ivan Lima, CITCEM, Universidade do Porto.



Ao longo do século XX vários países europeus e da América Latina passaram por momentos de restrição à liberdade, violência estatal e limitação da socialização coletiva. Brasil e Portugal, por exemplos, foram dois desses e tinham mais do que a língua em comum. As ditaduras que governaram esses países foram responsáveis, não só por tolher os caminhos democráticos, mas também pela ampliação das desigualdades sociais e regionais. Mas é preciso pensar que a queda desses regimes autoritários não se deu à toa e a arte foi um dos pilares de resistência para o reestabelecimento da democracia. Nestes países, podemos incluir a música como elemento fundamental para entender o contexto e perceber as forças sociais que emergiram através das canções. O diálogo lusófono entre Brasil e Portugal (e deste com o resto do mundo) a importância da canção porque os países passaram a se retroalimentar pelas estratégias de composição para resistir em tempos de ditadura, por práticas de colaboração e por um objetivo comum: usar a cantiga como uma arma a favor da liberdade e contra a violência militar. Mesmo já em tempos de democracia e de liberdade constitucional a música também se apresenta como fator determinante para a discussão política pelo mundo. A crise dos anos 2000 em Europa, as ações de violência policial e a intensificação da desigualdade no Brasil e na América Latina tem na cantiga um ponto de simbologia e reflexão. Canções como “Que parva que sou”, dos Deolinda em Portugal, trazem aos versos e ouvidos uma crítica e problematização da geração ‘sem remuneração’ que cresce durante os anos de crise no velho continente. O caso do Rap, Hip Hop Brasileiro dos anos 1990 também atestam para a importância da construção simbólica que a canção desempenha na discussão social. Os Racionais Mc’s, Gabriel o Pensador e mais recentemente o rapper Emicida atualizam o conceito de protesto e da força social da música. Se durante as ditaduras os governos brasileiros e portugueses usaram ao longo dos anos de 1960 e 1970 as relações diplomáticas para perseguirem, vigiarem e reprimirem qualquer prática próxima a ideias esquerdistas ou que se opusesse a suas formas de atuação, os cantores e compositores, a partir de certo momento, usaram a colaboração coletiva, as referências alheias para escapar dessas práticas violentas e criarem através das músicas, cordões e ligas de união, esperança e luta. Grândola Vila Morena regravada e censurada no Brasil em 1974 por Nara Leão; Volkswagen Blues gravada por José Cid; Sérgio Godinho preso no Brasil e Zeca Afonso no festival do Rio de Janeiro; Caetano e Gil no Zip Zip. Muitos foram os encontros e trocam entre os universos musicais, por exemplo, brasileiros e portugueses. Durante os períodos de democracia <<posteriores>> (e com outros graves problemas sociais) o legado dessa canção se mantém, se reformula e se multiplica na ação coletiva e política. Este trabalho se propõe a discutir sobre importâncias da canção de protesto durante o século XX e o seu legado dentro do universo das músicas com teor social e político desde os anos 1960 aos dias atuais.

“O setor de informação e a relação entre sociedade, política e violência em Itália na década de 70: crise, novas identidades e inconformismo”, Marco Gomes

Marco Gomes é investigador integrado do CEIS20 (Universidade de Coimbra) e investigador colaborador do CI&DEI (Politécnico de Leiria). Os seus trabalhos estão distribuídos por congressos e revistas nacionais e internacionais, de que são exemplo *Origem e dimensão internacional da máfia italiana: mapeando a cultura da ilegalidade em território português* (2021), *The Portuguese press at the service of revolutionary language: a case study of Diário de Notícias and Esquerda Socialista (1974-75)* (2020) e *Rappresentazioni della stampa italiana sulla Rivoluzione dei garofani* (2017). Em 2009 publicou a obra *Comunicação Política na Revolução de Abril (1974-1976)*. Em 2011 foi coautor do documentário “Global Mafia”, projeto financiado pela Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Estudos de Milão. No mesmo ano realizou a exposição “O 25 de Abril na Imprensa Italiana”, uma mostra constituída por 21 painéis ilustrados em que se contextualizam e divulgam as fotografias ampliadas das mais representativas primeiras páginas da imprensa diária italiana sobre a Revolução dos Cravos.



A década de 70 do século XX em Itália constitui um período de acentuada conflitualidade e de viragem nos domínios político, social e cultural. É um momento atravessado pela omnipresença da palavra *crise*, crise económica, crise social (da família, do mundo católico, da condição da mulher, da condição do jovem), crise do sistema político (bipartidarismo imperfeito), crise das instituições democráticas e crise do partido que as governa há cerca de três décadas. Para a Democracia Cristã, os anos 70 representam um período particularmente crítico por duas razões: primeiro, acentuam o descrédito dos dirigentes democratas-cristãos e dos tradicionais parceiros de coligação, associados ao intrincado manto das mentiras do Estado, escândalos e corrupção; segundo, iluminam a consciência de que o modo de governar do maior partido italiano caminha num sentido diametralmente oposto ao da sociedade, entregue, como havia constatado Aldo Moro, a novas dinâmicas inseridas num processo de autodeterminação da pessoa e cujo impacto metera em crise a hegemonia da DC (Scoppola, 1997: 397).

Trata-se, na verdade, de um período que convoca múltiplas interrogações. Qual a relevância da década de 70 em termos políticos e sociais em Itália? Que elementos caracterizam esse período? Que tipo de representações circulam sobre as figuras do operário e do estudante? Como se caracterizam as transformações que atingem o mundo católico, o domínio da família e da condição da mulher? Será o terrorismo a face mais visível de uma sociedade mergulhada numa condição não muito distante da guerra civil? É a violência política?

A dificuldade em responder a estas perguntas não deriva da expressão numérica, antes reside na complexidade de um período que não pode ser interpretado enquanto parte estranha ao todo. Contrariamente, deve ser encarado como ponto de chegada e ponto de partida de elementos que conferem coerência ao ciclo mais vasto que vai da segunda metade da década de 60 até ao início da década de 80.

Esta proposta de comunicação tem como objetivo geral analisar a década de 70 em Itália e caracterizar os elementos que, para vários autores, são responsáveis por algumas das mais importantes deformações e contradições que hoje caracterizam o sistema democrático do país. Os objetivos específicos apresentam quatro dimensões: a) caracterizar o sistema político italiano e identificar o projeto que institui uma nova tipologia de consensos e antagonismos; b) descrever as figuras do operário e do estudante enquanto sujeitos da militância política e reivindicadores de novos estímulos, práticas e forças políticas; c) abordar as principais transformações socioculturais responsáveis por emergentes mundividências; d) analisar o setor de informação e as mudanças que atingem a cultura jornalística.

Em conclusão, assiste-se, em Itália, a uma sucessão de governos débeis que, neste período, se revelam incapazes de gerir transformações em curso na sociedade, confrontada com uma grave

crise económica e os fenómenos da criminalidade difusa, da violência política e do terrorismo militante. Marta Boneschi (1996) definiu os anos 60 como *a grande ilusão*, enquanto Giampiero Mughini (1998) procedeu ao mesmo exercício sobre a década subsequente, qualificando-a de *a grande desordem*. O período compreendido entre os finais das duas décadas compreende, provavelmente, ambos os vocábulos, *ilusão* e *desordem*.

“Do thatcherismo ao cavaquismo: contributos para o estudo de uma época”, Tomás Marques

Tomás Marques é licenciado em História pela NOVA-FCSH encontrando-se a terminar o mestrado em História Contemporânea pela mesma instituição. No âmbito da sua tese de mestrado tem-se dedicado ao estudo do Cavaquismo partindo de contributos da área dos estudos culturais e da historiografia do neoliberalismo.



Convocando alguém nascido noutra séculos para pensar o seu, Stuart Hall definiu no ensaio intitulado de *Gramsci and Us* o *thatcherismo* como uma forma de modernização regressiva. Para Hall, um projeto político lançado à conquista de uma posição hegemónica teria de ser capaz de projetar a imagem de um “ponto de chegada” a uma ideia de “modernidade” apelativa a uma maioria da população.

Através deste conceito da “modernização regressiva”, Hall procurou sintetizar a forma como através de uma nova articulação discursiva, narrativas profundamente regressistas enraizadas na velha estrutura de classe britânica conviveram com elementos de um discurso utilitarista e individualista comumente associados à política neoliberal. Em suma, procurou entender a forma como a natureza contraditória da ideologia - das “estruturas de sentimento” - foi trabalhada no sentido da construção de uma vontade nacional-popular politicamente representada pelo *thatcherismo*.

Se as diferenças entre as realidades políticas, culturais e económicas de Portugal e Reino Unido são facilmente reconhecíveis, parecem existir pontos de contacto na forma como ambos os projetos encararam a necessidade da construção de novos sujeitos políticos condizentes com as transformações do capitalismo a partir da década de 1970.

Referindo-se naturalmente à década durante a qual Cavaco Silva foi primeiro-ministro português, pensamos aqui o cavaquismo como um fenómeno que ultrapassa uma simples ação governativa. Desde cedo que o cavaquismo procura apresentar-se como “auto-estrada” para uma “modernidade” cuja definição o próprio nunca fez por concretizar. Importa atentar que aquando da primeira eleição de Cavaco Silva, Portugal se libertara há apenas uma década da mais longa ditadura fascista da Europa tendo pelo meio vivido a experiência da possibilidade socialista e assinado o tratado de adesão à então Comunidade Económica Europeia.

O cavaquismo constrói-se numa tentativa permanente em encontrar o lugar de um país periférico no contexto europeu no quadro de uma nova hegemonia neoliberal: remetendo a um passado pouco longínquo com apelos a sentimentos como os da nostalgia colonial, ou da moralização do trabalho honrado e, simultaneamente, apontando a um futuro liberto de “amarras ideológicas” e construído sob os preceitos do consumo massificado.

Mais do que um exercício comparativo entre os casos nacionais britânico e português, esta apresentação procurará explorar contributos como os de Stuart Hall, e outros do campo da *New Left*, com vista à construção de um quadro teórico enquadrador do cavaquismo

Sessão Plenária 4 / Plenary Session 4

“Interpreting depression”, Franco “Bifo” Berardi

Franco Berardi, também conhecido como Bifo, é escritor e ativista dos media. Estudou em Bolonha na década de 1960 e foi membro da organização Poder Obrero. Na década de 1970, fundou a revista *A/traverso* e participou no movimento Autonomista. Na década de 1990, organizou o primeiro Congresso Europeu sobre mutação digital (Cibernauti, Bolonha, 1994). Em 1995, publicou o livro *Neuromagma*. Colaborou com várias revistas como *Metropoli* (Roma), *Semiotexte* (Nova York) e *Chimeres* (Paris). Nos últimos anos, publicou *Respirare*, *The Threshold*, *The Third Unconscious*. O seu próximo livro é dedicado ao tema da deserção como única possibilidade ética e como estratégia de luta e libertação.

Franco Berardi, also known as Bifo, is a writer and media activist. He studied in Bologna in the 1960s, where he was a member of the organization “Poder Obrero”. In the 1970s, he founded the magazine *A/traverso* and participated in the Autonomist movement. In the 1990s, he organized the first European Congress on digital mutation (Cibernauti, Bologna, 1994). In 1995, he published the book *Neuromagma*. He has collaborated with several magazines, including *Metropoli* (Rome), *Semiotexte* (New York) and *Chimeres* (Paris). In recent years, he has published *Respirare*, *The Threshold*, *The Third Unconscious*. His next book is dedicated to the theme of desertion as the only ethical possibility and as a strategy of struggle and liberation.